

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Cav **CARLOS EURICO ALENCASTRO TEIXEIRA BRANDÃO**

**AS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DAS FORÇAS DE PAZ DO BRASIL NO
HAITI PARA A EVOLUÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO E AUMENTO DA
PROJEÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA.**



Rio de Janeiro

2018

Maj Cav **CARLOS EURICO ALENCASTRO TEIXEIRA BRANDÃO**

**As principais contribuições das Forças de Paz do Brasil no
HAITI para a evolução do EXÉRCITO BRASILEIRO e
aumento da projeção internacional brasileira.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Comando e
Estado-Maior do Exército, como requisito
parcial para a obtenção do título de
Especialista em Ciências Militares.

Orientador: - Cel Inf Nelson Angelo de Oliveira

Rio de Janeiro
2018

B817p Brandão, Carlos Eurico Alencastro Teixeira.

As principais contribuições das forças de paz do Brasil no Haiti para a evolução do Exército Brasileiro e aumento do projeção mundial. / Carlos Eurico Alencastro Teixeira Brandão.– 2018.

64 f. : il. ; 30cm.

Orientação: Nelson Angelo de Oliveira

Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

Bibliografia: f. 59-64.

1. Organização das Nações Unidas. 2. Missão de Paz. 3. Haiti. 4. Exército Brasileiro. I. Título.

CDD 355.0981

Maj Cav **CARLOS EURICO ALENCASTRO TEIXEIRA BRANDÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

COMISSÃO AVALIADORA

Nelson Angelo de Oliveira – Cel Inf – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Guilherme **Naves** Pinheiro – TC Inf – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Glauber **Netis** Teles – TC Inf – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

A Deus por ter me dado saúde e equilíbrio, aos meus pais Eurico e Zara Brandão pela excelente educação e formação, a minha esposa Fernanda pelo companheirismo e aos meus filhos Gabriela, Matheus e Isadora pela paciência e força nas horas em que estava me dedicando a esse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Cel Inf Nelson, meus sinceros agradecimentos pela dedicação e paciência durante a elaboração deste trabalho. Agradeço, ainda, pela orientação firme e objetiva e pelas sugestões que facilitaram a conclusão deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho discorre sobre o início da participação do Brasil em operações com a Liga das Nações e as posteriores missões com a Organização das Nações Unidas. A maneira correta e fiel no cumprimento das missões ao decorrer dos tempos foi fundamental para a obtenção do respeito internacional que culminou com a participação da missão do Haiti, inclusive com o Force Commander. Diversas normas e convenções foram respeitadas durante o preparo e emprego de tal força que durou 13 anos ao todo. A boa estruturação das forças brasileiras com contingentes civis, militares e policiais beneficiou o êxito da missão e a integração em um ambiente complexo e difuso. A grande experiência de diversos contingentes garantiu o crescimento de pessoas que constituíram essa nobre missão, como também permitiu o avanço das instituições nacionais como o Exército e as polícias estaduais. Diversas situações atípicas vividas por brasileiros aumentaram a gama de conhecimento, dentre elas podemos citar o desdobramento inicial da missão, ocupação de pontos fortes, atuação em apoio a vítimas do terremoto, assistência a vítimas do furacão, segurança das eleições e desmobilização. Dentro da instituição Exército Brasileiro podemos perceber um amadurecimento muito grande em todos os escalões. A possibilidade de participar de uma missão de paz motivou os militares da força terrestre brasileira, o que levou o Exército a buscar formas de seleção cada vez mais justa e compatível com os objetivos da missão que seria cumprida. Com isso, o incremento de diversos exames de saúde testou as capacidades físicas, metais e laborais de combatentes. A preparação foi outro vetor que também evoluiu; a realização de exercícios para um melhor desempenho das forças beneficiou os resultados positivos obtidos na missão. A criação do Centro Conjunto de Operação de Paz do Brasil potencializou a forma séria e competente com que a nação brasileira encarava tais missões de grandeza, o que refletiu no apoio às instruções de diversos países. A barreira do idioma serviu de mais uma alavanca para evolução dos militares que buscaram seu auto-aperfeiçoamento para participar de tal missão. Por fim, as mudanças e evoluções contribuíram para o aumento da projeção nacional e melhor imagem do Brasil para o mundo.

Palavras Chave: Organização das Nações Unidas. Operação de Paz. Exército

ABSTRACT

This paper discusses the beginning of Brazil's participation in operations with the League of Nations and subsequent missions with the United Nations. The correct and faithful way of accomplishing the missions over time was fundamental for obtaining the international respect that culminated in the participation of the Haitian mission, including Force Commander. Several norms and conventions were respected during the preparation and use of such force that lasted 13 years in all. The good structure of the Brazilian forces with civil, military and police contingents has benefited the success of the mission and the integration in a complex and diffuse environment. The great experience of diverse contingents guaranteed the growth of people who constituted this noble mission, but also allowed the advance of the national institutions like the Army and the state police. Several atypical situations experienced by Brazilians have increased the range of knowledge, among them we can mention the initial deployment of the mission, occupation of strengths, action in support of earthquake victims, assistance to hurricane victims, security of the elections and demobilization. Within the Brazilian Army institution we can see a very great maturity in all echelons. The possibility of participating in a peace mission motivated the military of the Brazilian ground force, which led to the Army burcas forms of selection increasingly fair and compatible with the objectives of the mission that would be fulfilled. As a result, the increase in various health examinations tested the physical, mental and labor capacities of combatants. The preparation was another vector that also evolved to perform exercises that better prepared the force benefited the positive results obtained in the mission. The creation of the Joint Peacekeeping Center of Brazil strengthened the serious and competent way in which the Brazilian nation faced such missions of greatness, which reflected and supported instructions from various countries. The language barrier served as a further lever for the evolution of the military who sought their self-improvement to participate in such a mission. Finally, the changes and evolutions contributed to the increase of the national projection and better image of Brazil to the world.

Keywords: United Nations. Operation Peace. Army

LISTA DE ABREVIATURAS

A Op	Área de Operações
BRABAT	Batalhão Brasileiro
BRAENGCOY	Companhia Brasileira de Força de Paz
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China África do Sul
CAAdEx	Centro de Avaliação e Adestramento do Exército
CEP	Centro de Estudo de Pessoal
CHIBAT	Batalhão Chileno
CIDDR	Curso Integrado de Desarmamento Desmobilização e Reintegração
CIMIC	Cooperação Civil Militar
CI Op Paz	Centro de Instrução de Operação de Paz
COBRAMOZ	Companhia de Infantaria Pára-quedista Reforçada
COBRAVEM	Contingente Militar Brasileiro
CONTBRAS	Contingente Brasileiro
CPTM	Pre-deployment Training Material
CS	Conselho de Segurança
DECEX	Departamento de Ensino e Cultura do Exército
DPKO	Department of Peacekeeping Operations
EAOP	Estágio Avançado de Operação de Paz
EB	Exército Brasileiro
EMT	Equipe Móvel de Treinamento
EPCOSUPEL	Estágio para Comandante Subunidade e Pelotão
EPJAIAC	Estágio para Jornalista e Assessores de Imprensa em Área de Conflito
EPMP	Estágio Preparatório para Missão de Paz
ETMIL	Estágio para Tradutor e Interprete Militar
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FAB	Força Aérea Brasileira
FMIC	Força Multinacional
F Paz	Força de Paz
FRELINO	Frente de Libertação de Moçambique

GM	Guerra Mundial
INUF	Força de Emergência das Nações Unidas
MAB	Marinha do Brasil
MINUSTAH	Missão de Estabilização das Nações Unidas
MRE	Ministério das Relações Exteriores
O Lig Cimic	Oficial de Ligação de Cooperação Civil Militar
OM F PAZ	Organização Militar de Força de Paz
ONG	Organização Não Governamental
ONUC	Operação das Nações Unidas no Congo
ONP	Objetivos Nacionais Permanentes
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUMOZ	Operação das Nações Unidas em Moçambique
PEB	Política Externa Brasileira
PMBA	Polícia Militar da Bahia
PMDF	Polícia Militar do Distrito Federal
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PNH	Polícia Nacional do Haiti
PP	Programa Padrão
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
SGGTM	Standardized Generic Training Modulo
SML	Senior Mission Leadship Course
SSAFE	Curso de Salvaguarda e Segurança na Abordagem dos Trabalhos em Campo
UNEF	Primeira Força de Emergência das Nações Unidas
TO	Teatro de Operações
UNAVEM III	Terceira Missão de Verificação de Paz das Nações Unidas em Angola
UNMISSET	Missão das Nações Unidas de Apoio ao Timor Leste
UNITA	União Nacional para Independência Total de Angola
UNPOL	Polícia das Nações Unidas
UNTAET	Administração Transitória das Nações Unidas no Timor Leste
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

LISTA DE FIGURAS

01	Liga das Nações.....	20
02	Estrutura da MINUSTAH.....	34
03	Consequência do Terremoto.....	43
04	Ajuda Humanitária.....	46
05	Preparação para Reversão.....	48

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
1.1	O PROBLEMA.....	17
1.2	OBJETIVOS.....	18
1.2.1	Objetivo Geral.....	18
1.2.2	Objetivos Específicos.....	18
1.3	JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	19
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	O BRASIL E A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.....	20
2.1.1	UNEEF.....	22
2.1.2	ONUC.....	24
2.1.3	ONUMOZ.....	25
2.1.4	UNAVEM III.....	27
2.1.5	UNTAET/INTERFET.....	28
2.1.6	MINUSTAH.....	29
3.	A ESTRUTURA DAS FORÇAS DE PAZ	31
3.1	O contingente civil	31
3.2	O contingente militar.....	32
3.3	O contingente policial.....	35
4.	AS PRINCIPAIS ATUAÇÕES DAS FORÇAS BRASILEIRAS	38
4.1	Desdobramento inicial.....	38
4.2	Ocupação de pontos fortes.....	39
4.3	Apoio a vítimas do terremoto.....	40
4.4	Atuação humanitária pós-furacão Mathew.....	42
4.5	Garantia da segurança das eleições.....	44
4.6	Desmobilização.....	45
5.	AS EVOLUÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO	47
5.1	Processo de seleção de militares.....	47
5.2	Treinamento das forças de paz.....	48
5.3	Criação do CCOPAB.....	49
5.4	Motivação dos quadros.....	50

5.5	Apoio a treinamento de outros países.....	51
5.6	Aperfeiçoamento em idiomas.....	52
6.	CONCLUSÃO.....	55
7.	REFERÊNCIAS.....	59

1. INTRODUÇÃO

As contribuições das Forças de Paz do Brasil, no Haiti, são fundamentais para entender o desenrolar da atuação brasileira e definir os pontos positivos das ações desenvolvidas. As atividades foram marcadas por diversas missões que expressam a grandeza e a credibilidade nacional em um cenário de anormalidade.

O Brasil é um país localizado na América do Sul e ocupa cerca de 50% do território do continente, com uma área de 8.500.000 km². Seus limites são divididos em fronteiras terrestres, cerca de 23.110 km, e limites marítimos, aproximadamente 15.735 km. Suas fronteiras terrestres: ao Norte com o Suriname, a Guiana, a Venezuela e a Guiana Francesa; ao Noroeste com a Colômbia; ao Oeste com o Peru e a Bolívia; a Sudoeste com Paraguai e Argentina e ao Sul com o Uruguai. Já o limite marítimo é feito com o Oceano Atlântico a Nordeste, Leste e Sudeste.

O Haiti é um país do Caribe e está localizado em uma ilha da América do Norte. Possui aproximadamente 27.750 km² de área. Foi colonizado pela França e obteve sua independência em 1804. Sua fronteira terrestre é com a República Dominicana, cerca de 360 km, à Leste; e seu limite marítimo é com o Mar do Caribe a Norte, Oeste e Sul.

A história do Haiti é marcada, profundamente, pela violência. Iniciada pela Revolução dos Escravos em 1794. Foi o primeiro país a abolir a escravidão. Toussaint Louverture, ex-escravo, foi o primeiro governador geral sendo deposto e morto pelos franceses. Em 1803, Jean Jacques Dessalines organizou um exército e derrotou os colonizadores.

Da segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX houve uma conjuntura política complicada no Haiti. Dos 20 presidentes do país 16 foram depostos ou assassinados. Tropas americanas ocuparam o Haiti com pretexto de defender seus interesses entre 1915-1934. Em 1957 foi eleito François Duvalier, conhecido como Baby Doc. Foi um ditador feroz onde tentou controlar o país e defender os interesses americanos. Com a revolta da população declarou Estado de Sítio e, devido a reação popular, fugiu com sua família para França.

O General Henri Namphy assumiu o poder e convocou eleições saindo vencedor Leslie Maniga, mas, logo, Namphy deu “um golpe de estado” retomando o poder. Após 3 meses um novo golpe, dessa vez executado pelo chefe da guarda presidencial, General Prosper Avril. Novas eleições foram convocadas e vencidas

por Jean Bertrand Aristide. Em 1990, mais uma vez, foi realizado um golpe e desta vez orquestrado pelo Gen Raul Cedras.

A instabilidade política do Haiti fez com que os Estados Unidos e a Organização das Nações Unidas impusessem diversas sanções econômicas ao país com a intenção de que aceitassem o retorno de Aristide ao poder. Em 1993 Cedras e Aristides assinaram um pacto aceitando o retorno do governo constitucional e a reforma das forças armadas. Porém tropas americanas foram impedidas de desembarcarem no Haiti por grupos paramilitares locais.

Aspectos psicossociais como a grande migração de haitianos para os Estados Unidos da América aumentaram a pressão para o retorno de Aristide. O Conselho de Segurança da ONU decretou bloqueio total ao país. Uma junta militar civil empossou Émile Jonassaint até as eleições de 1995. Os Estados Unidos da América não aceitaram o ato e o declararam como ilegal. Em julho de 1994 a ONU autorizou a intervenção militar no Haiti.

Aristide foi reempossado assumindo um país destruído pelo embargo comercial e com diversas dificuldades internas. Émile Jonassaint e os demais chefes militares renunciaram a seus postos e foram anistiados. Os diversos grupos paramilitares estabeleceram um clima de perigo e desconfiança, culminando com a retirada de Aristide do país e seu exílio na África do Sul.

“A Organização das Nações Unidas, também conhecida pela sigla ONU, é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundial.”
(WWW.ONU.ORG, acesso 27 de março 2018)

A Carta das Nações Unidas é o documento que rege seu funcionamento e condutas, sendo assinado pelos países que compõem a ONU. Nesta “Carta” estão previstos os compromissos, ideais e propósitos desse órgão. Com isso, para solução, arbitragem e outras providências engrandecem os atos internacionais e dá suporte às decisões que por ele são tomadas.

A criação da MINUSTAH foi estabelecida pelo Conselho de Segurança da ONU por considerar que a situação do Haiti consistia em uma ameaça à paz mundial e segurança da região. Devido às bem sucedidas atuações, nas participações em missão de paz, o Brasil foi designado para comandar a missão. O contingente inicial foi composto com tropas de diversos países, entre eles a Argentina, o Benin, a Bolívia, o Brasil, o Canadá, o Chade, o Chile, a Croácia, a França, a Jordânia, o Nepal, o Paraguai, o Peru, A Turquia, o Uruguai e Portugal.

O Brasil é integrante da ONU, desde sua criação em 24 de outubro de 1945, e tem participação ativa em todas suas missões, estando entre os vinte maiores contribuintes das Nações Unidas em Operações de Paz. Tem participação destacada também no Conselho de Segurança, como membro não permanente, sendo o país que mais participou deste conselho.

“A contribuição do Brasil às missões da ONU começa há exatos 70 anos, quando militares e diplomatas brasileiros participaram da primeira equipe multinacional que recebeu autorização, em outubro de 1947, para atuar nos Bálcas.” (HAMMAN, 2017, p. 03)

Nesse sentido, podemos salientar a participação brasileira em importantes conflitos da humanidade como a 1ª Guerra Mundial (1914-1918), onde a nação enviou observadores, aviadores, patrulha naval e um corpo médico. Estas participações representaram para o Brasil um alinhamento com grandes nações do mundo e avanços militar, frutos de intercâmbios militares.

Contribuiu, ainda, na formação e criação da Liga das Nações, em 10 de janeiro de 1920, onde mostrou a capacidade diplomática nacional e o peso político em decisões de cunho geoestratégico. A participação ativa nesse grupo rendeu alianças e exacerbou a inteligência diplomática dentre as nações mais destacadas do mundo, demonstrando a grande intenção do Brasil de promover a paz.

De forma semelhante, a presença também foi brilhante na 2ª Guerra Mundial (1939-1945) enviando tropas, a Força Expedicionária Brasileira. Essas forças brasileiras até hoje são saudadas pelas conquistas na Itália, como em Montese e Monte Castelo, potencializando a grandeza do Exército e demais forças brasileiras no cenário mundial.

Outro fator de relevância foi a presença de tropas brasileiras na crise de Suez (1956). Vivíamos um clima de Guerra Fria, onde o mundo estava dividido entre duas áreas de influência: a americana e a soviética. O Brasil compôs a Força de Emergência das Nações Unidas (INUF), na busca de uma solução pacífica do conflito gerado pela nacionalização do Canal de Suez pelo Egito, o que gerou a revolta de Israel, França e Reino Unido. A capacidade da atuação na resolução de problemas mundiais começou a se tornar uma rotina pelos bons desempenhos dos brasileiros.

As atuações brasileiras externas são norteadas pelos Objetivos Nacionais Permanentes (ONP), pelos princípios das relações internacionais e pela Política Externa Brasileira (PEB).

Os Objetivos Nacionais Permanentes são Democracia, Paz Social, Soberania, Integração Nacional e Integridade do Patrimônio Nacional. As relações internacionais estão previstas no Art 4º da Constituição Federal de 1988 e são: a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a concessão de asilos políticos.

A constante busca de uma melhor posição no cenário mundial visa melhorias em diversos aspectos das expressões de poder nacional. Por isso a busca por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU, é um objetivo almejado pelo Brasil. A atuação internacional, de forma expressiva, reflete no aumento e na melhoria das condições de emprego de diversos brasileiros, angariando dessa forma uma maior confiança do Brasil no cenário global.

Diante do exposto, o presente estudo visa apresentar a história do Brasil na ONU, os amparos para a presença das forças brasileiras no Haiti, a constituição das forças brasileiras, as principais atuações em território haitiano e a evolução do Exército Brasileiro. Como conclusão, será evidenciado o aumento da projeção internacional brasileira com a Missão de Manutenção de Paz do Haiti.

1.1 O PROBLEMA

A participação brasileira na missão de paz no Haiti iniciou em 30 de abril de 2004 e teve seu fim em 15 de outubro de 2017. Nos 13 anos de presença brasileira em solo haitiano aconteceram diversas situações positivas e negativas.

A ocorrência de confrontos com grupos paramilitares, exposição a desastres naturais e falecimentos de militares em diversas situações, permitiram ao povo brasileiro criticar o emprego de cidadãos brasileiros em países distantes da pátria.

A violência no cenário nacional (confronto entre traficantes com objetivo de estabelecerem o comando do tráfico de drogas, seqüestros, roubos, arrastões, rebeliões em presídios e ataques a estabelecimentos de segurança pública) propicia um sentimento de insegurança nacional. A possibilidade de uma maior atuação das nossas Forças Armadas no âmbito nacional poderia diminuir e minimizar os problemas de segurança.

Fatores adversos ressaltam, como por exemplo, a diminuição do orçamento do Exército para o preparo das tropas, sua atividade fim. O emprego em atividades não convencionais desviam recursos que poderiam ser utilizados para reequipar as forças e até mesmo aumentar a folha salarial que se apresenta defasada a muitos anos. Ainda, esse valor poderia ser revertido para equipar as polícias aumentando a capacidade de combate ao crime organizado.

Dessa forma, o autor pretende identificar as principais atuações das Forças Brasileiras de Paz no Haiti e suas contribuições para a evolução do Exército Brasileiro. Ainda, o impacto positivo para a projeção internacional do Brasil em um mundo globalizado.

Em face do acima exposto, definiu-se o seguinte problema:

- As ações das Forças Brasileiras na Manutenção de Paz no Haiti refletem na evolução do Exército Brasileiro e no aumento da projeção do Brasil no cenário internacional?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é de apresentar os resultados para a evolução do Exército e sua conseqüente projeção internacional. Está comprovado que a missão brasileira no Haiti teve um aspecto totalmente positivo para o Brasil.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para tanto, foram criados os seguintes objetivos específicos:

- a. Apresentar a história de participação do Brasil na ONU;
- b. Apresentar as participações mais relevantes em missões impostas pela ONU;
- c. Apresentar a composição das Forças Brasileiras de Paz do Haiti;
- d. Apresentar as principais atuações brasileiras em solo haitiano;
- e. Apresentar as evoluções do Exército Brasileiro fruto da atuação no Haiti; e
- f. Apresentar as contribuições para o aumento da projeção internacional do Brasil com a MINUSTAH.

1.3 JUSTIFICATIVAS DA PESQUISA

A MINUSTAH foi a primeira participação em que o Brasil chefiou uma Missão de Paz. Ao término desse período de chefia e emprego salienta a necessidade de avaliar os aspectos positivos para o Exército e para o Brasil.

A realidade mundial de ações em operações de amplo espectro e multidimensional é vista como a melhor forma de atingir a Paz. A grande diversidade de forças internacionais salienta a importância de uma nação possuir tropas bem preparadas, com capacidade de interação com membros e forças militares de outros países, possibilitando, com isso, uma comparação do nível das forças armadas do Brasil dentro do cenário mundial.

A eclosão de diversos crimes contra a humanidade aumenta a probabilidade de um novo confronto mundial. As nações desprovidas de recursos econômicos não possuem estruturas políticas e militares capacitadas para alcançar um melhor desenvolvimento no combate a grupos armados em seus países.

Paralelamente, a exemplo do emprego do EB em ações de pacificação no Estado do Rio de Janeiro e na Missão para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), deixa evidente que a tendência dos conflitos armados é seu desenvolvimento de maneira descentralizada. Evidencia ainda o emprego crescente de pequenas frações em ambientes urbanos de difícil comunicação, exigindo o preparo e a motivação do comandante de pequenas frações, como é o caso do sargento.

Atualmente, o comprometimento com a paz mundial é um objetivo do Brasil. A associação a órgãos como a ONU, grupos como BRICS e fóruns internacionais de combate à fome e a miséria são resguardados por princípios constitucionais. Dessa forma, a Nação brasileira estará presente em outras atividades no globo terrestre.

Por fim, ressalte-se que este projeto de pesquisa não tem a pretensão de esgotar o assunto, mas, sim, de servir de instrumento inicial para sua discussão.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O embasamento teórico para este projeto de pesquisa será obtido na documentação diretamente ligada no amparo do emprego das forças brasileiras no Haiti, nas resoluções da ONU e nos planos traçados por essa organização. Para tanto serão utilizados: a Carta de São Francisco das Nações Unidas, que descreve os compromissos das Nações signatárias; o Manual de Operações de Paz do Ministério da Defesa, onde descobre sobre formação, atuação e vários aspectos das missões de Paz; o Artigo 4º da Constituição Federal de 1988, respaldando nos Capítulos VI e VIII as ações brasileiras; os capítulos VI e VII da Carta de ONU, que versa sobre as soluções pacíficas e as condições de atuações; o consentimento do país anfitrião e a resolução 1542 do Conselho de Segurança, respaldando o emprego de tropas; os documentos do DPKO, referenciando estudo sobre o ambiente operacional; o Conaps, permitindo o melhor detalhamento da missão; o Acordo de Status de Força e a tabela de organização e equipamento, o que permite a compressão dos efetivos e materiais empregados; o Manual de Políticas e Procedimentos Relativos ao Reembolso e Controle dos Equipamentos do Contingente das Tropas Participantes da Missão de Paz, promovendo uma visão maior do emprego de tropa; as Diretrizes Gerais para Países Contribuintes, balizando a forma de atuação; o Manual de Doutrina Militar de Defesa, explicando a doutrina a ser empregada em ações de paz; as Regras de Engajamento, balizando a atuação de tropas no Haiti; os Direitos Humanitários Internacionais, resguardando os participantes das forças brasileiras e algumas “Ordens de Missões”, permitindo o cumprimento de tarefas específicas.

2.1 O BRASIL E A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

O Brasil possui rica tradição de participação em esforços internacionais em prol da paz mundial como consequência da índole pacífica de seu povo, de sua estatura geopolítica e de sua projeção internacional. (BANCKE, 2017, p 20)

O final da II Guerra Mundial gerou um sentimento generalizado da necessidade de existir uma maneira ou forma de evitar a eclosão de guerras e disputas entre nações. O sentimento cresceu devido a grande destruição causada por esses conflitos de ordem mundial e da grande quantidade de mortes.

“Posteriormente, o fim da Primeira Guerra Mundial levou a criação da Liga das Nações. O organismo deveria trabalhar no sentido de evitar novos conflitos. A Liga das Nações deu ensejo, entre outras iniciativas, ao surgimento de idéias concretas, respaldadas em nível governamental, sobre a criação de uma força militar internacional permanente ou de um sistema de pronto-emprego de contingentes nacionais, que cumprissem mandatos de manutenção e supervisão de armistícios e cessar-fogo entre países beligerantes.” (FONTOURA, 1999, p. 37)



Figura 01 – A Liga das Nações.
Fonte: www.onu.com.br

A Liga das Nações, criada em 1919 ao final da I GM, foi o embrião da ONU. Mesmo com o fracasso na sua missão de evitar outro conflito de magnitude global, semeou a idéia da necessidade da cooperação entre diversas nações na busca de solucionar discordâncias, entre as mesmas, evitando o escalonamento de uma crise até o ato de um conflito armado.

Porém, a inabilidade dos 50 países que faziam parte da Liga em evitar a Segunda Guerra Mundial denunciou as falhas em sua organização, a administração pouco pragmática e a falta de ferramentas coercitivas para a solução de conflitos. A Liga das Nações deixou de existir em 18 de abril de 1946, já depois da criação da ONU. (JONNY, 2009, p 24)

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada sob o peso da Segunda Guerra Mundial e com o fantasma do insucesso da Liga das Nações. Esses fatores serviram para moldar esse novo organismo de cooperação multilateral de forma a torná-lo mais eficiente. (JONNY, 2009, p 25)

A Organização das Nações Unidas (ONU) surgiu em 1945, na cidade de São Francisco, EUA, como resultado de diversos encontros e reuniões na busca de um equilíbrio mundial. Nesses encontros o Brasil esteve presente, na mesa de

discussões, é membro fundador de tal organismo mundial e é signatário da Carta de São Francisco, documento que serve de estatuto para esse órgão internacional.

A Carta da ONU delega a responsabilidade pela manutenção das operações de paz ao Conselho de Segurança, delegação que reúne cinco Estados membros permanentemente, e com direito de voto, e dez Estados membros em caráter provisório, por um prazo de dois anos. (VILLANI, 2015, p 14)

“Os membros permanentes do Conselho têm poder de veto em qualquer deliberação do Órgão, o que restringe o ideal de universalidade a que a ONU se propõe. Com o mundo dividido em blocos antagônicos, esse poder paralisou muitas das ações do CSNU, porque as decisões do mesmo subordinam-se à unanimidade 23 dos membros permanentes e esta nem sempre foi alcançada, em razão de conflitos de interesses.” (MANGIAVACCHI, 2002, p.14)

O Conselho de Segurança da ONU é o órgão responsável por votar e decidir sobre o emprego de tropas desse organismo. É composto por cinco países com poder de veto e assento permanente: EUA, Rússia, China, Inglaterra e França, que possuem poder de veto, e mais dez países eleitos por dois anos. O Brasil e o Japão são os países que mais vezes compuseram o conselho de segurança da ONU, tendo sido eleitos em 10 ocasiões.

O Brasil sempre exerceu participação ativa não só na criação da ONU, como também no envolvimento de tropas militares em diversas ações internacionais. A expressão militar da ONU sempre busca a paz, a integridade das nações e a defesa dos direitos humanos.

“A contribuição do Brasil as missões da Organização das Nações Unidas (ONU) começa há exatos 70 anos, quando militares e diplomatas brasileiros participaram da primeira equipe multinacional que recebeu autorização, em outubro de 1947, para atuar nos Bálcãs. Cerca de uma década depois, a primeira missão da ONU com tropas (unidades constituídas) também contou com militares brasileiros. Desde então, o Brasil já participou de 47 missões da organização, incluindo 43 operações de manutenção da paz, e enviou ao terreno cerca de 50 mil homens e mulheres uniformizados.” (CCOPAB, 2017, p 03)

2.1.1 UNEF

A Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I) foi a primeira missão criada pela ONU com envio de tropa. O objetivo de sua criação foi contribuir para o fim da Crise de Suez, de 1956, na qual o Egito pretendia nacionalizar o Canal de Suez sobre a liderança de Abel Nasser.

“Já na era das Nações Unidas, a primeira participação do país com tropas ocorreu integrando a UNEF-I (Força de Emergência das Nações Unidas-I), no Sinai e na Faixa de Gaza, em 1956, com a finalidade de garantir o cessar-fogo entre egípcios e israelenses. O Brasil enviou,

anualmente, durante dez anos, um Batalhão de Infantaria de aproximadamente seiscentos militares. Esse Batalhão foi conhecido como o Batalhão de Suez.” (AGUILAR, 2002; FONTOURA, 1999)

Em uma primeira fase, de nascimento das operações de paz, o Brasil enviou tropas para mitigar, a partir de 1956, o conflito Árabe-israelense, integrando a Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I). (BANCKE, 2017,p 15)

Contrários a decisão do Egito, Inglaterra e França apoiarem Israel na pretensão de manter o acesso ao comércio ocidental. Com a pretendida nacionalização Israel ficaria com o porto de Eilat bloqueado e também sem acesso ao Estreito de Tiran prejudicando, dessa forma, o comércio e as pretensões econômicas desses países.

A chamada Força Internacional de Paz, inicialmente composta por 10 países (Brasil – Canadá – Colômbia – Dinamarca - Finlândia – Índia – Indonésia – Iugoslávia – Noruega e Suécia), instalou-se na Faixa de Gaza, criando uma zona neutra e estabelecendo a Linha de Demarcação de Armistício. (SUEZ, www.batalhaosuez.com.br, acesso em 03 de abril 2018, 19:05)

“Art. 1º – É o Presidente da República autorizado a tomar as medidas necessárias para que o Brasil contribua com um contingente militar do valor de um batalhão independente, para a formação ou integração da Força Internacional de Emergência instituída em consequência da Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 7 de Novembro de 1956, com o objetivo de manter a paz e a segurança internacional na região compreendida entre o canal de Suez e a linha de armistício entre Israel e o Egito fixada na mesma Resolução.

Art. 2º – O contingente brasileiro que integrar a Força Internacional de Emergência, em operação no Egito, não participará de qualquer ação que signifique a homologação de conquista territorial obtida com o uso da força e permanecerá o tempo que for julgado necessário ao cumprimento de sua missão.

Art. 3º – O Brasil não formará ou integrará a Força Internacional de Emergência se da mesma participarem tropas de qualquer das nações envolvidas nas operações militares do Egito.

Art. 4º – O Governo Brasileiro não determinará medidas de restrição à liberdade de opinião, relacionadas com informações e comentários de imprensa e rádio, em torno do contingente militar que se incorporar à Força Internacional de Emergência.

Art. 5º – É também autorizado o Presidente da República a permitir o trânsito, pelo território nacional, de contingentes militares integrantes da Força Internacional de Emergência, que se destinem à região a que se refere o artigo 1º, em cumprimento de deliberação da Organização das Nações Unidas, ou que dali regressem, depois de executá-la.

Art. 6º – Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.” (DECRETO LEGISLATIVO, 1956, Nº 1)

A participação brasileira consistiu no envio de conhecido Batalhão de Suez, que foi composto por 20 contingentes em um efetivo total de cerca de 6.300 militares. (COSTA, 2015, p 38)

O deslocamento de tropas foi executado por meio de aeronaves dos Estados Unidos da América e pelo navio brasileiro Custódio de Melo. Mantendo a base próxima a Faixa de Gaza, as missões das forças nacionais eram: o patrulhamento da linha de demarcação entre árabes e israelenses e a limpeza de campos de minas no deserto subjacente.

“Durante os mais de dez anos da missão, o Brasil contribuiu com efetivo acumulado de aproximadamente 6.300 homens com equipamentos pertencentes ao Exército Brasileiro, divididos em 20 (vinte) contingentes, que se revezavam a cada seis ou sete meses, havendo necessidade, na época, de convocar reservistas e prepará-los para compor os efetivos. O esforço empreendido pela Nação para viabilizar o envio dessa quantidade de militares devidamente equipados e preparados para uma missão de paz numa região tão crítica e afastada do território brasileiro demonstra a grandeza da missão. Os relatos históricos e o fato de dois oficiais gerais brasileiros terem exercido o comando operacional da UNEF I, nos períodos de janeiro a agosto de 1964 (General Carlos Paiva Chaves) e de janeiro de 1965 a janeiro de 1966 (General Sizeno Sarmiento), comprovam a qualidade e o sucesso dos nossos militares nessa importante e grandiosa missão da ONU.” (EXÉRCITO, <http://www.eb.mil.br/unef-i>, acesso em 03 de abril de 2018, 19:13)

Durante o período de 1957 e 1967, o rodízio do contingente brasileiro ocorria de sete em sete meses. Na permanência da missão vieram a óbito sete soldados, sendo que só um em conflito com árabes e israelenses, e, os outros, em acidente. O retorno das tropas brasileiras foi em 13 de julho de 1967.

O Brasil, durante a UNEF-I, foi o único país a manter sua contribuição com tropas durante toda a missão. (KENKEL, 2012)

2.1.2 ONUC

Com a independência do Congo, a continuada presença de tropas belgas no país e as ameaças existentes à própria integridade territorial do novo Estado, o Conselho de Segurança estabeleceu, pelas Resoluções 143 (1960) e 145 (1960), a ONUC, com base na experiência da UNEF. (UZIEL, 2015, p 63)

“Foi criada com o propósito de auxiliar na retirada das tropas belgas do país, mas desde o início houve controvérsia no CSNU sobre quais seriam os limites de sua atuação, visto que o Congo tinha pouca capacidade de exercer as competências estatais na área de segurança. Também havia controvérsia porque a URSS pretendia condenar como colonialista a presença belga. As discordâncias no próprio seio do governo

congolês levaram a questionamentos, que se refletiram em intervenções no CSNU, que acusavam o Secretário-Geral de interpretar erradamente as Resoluções e de usar a ONUC para interferir em assuntos internos congolezes.” (UZIEL, 2015, p 63)

A crise no Congo ocorreu com o estabelecimento da primeira República Democrática do Congo, onde uma série de agitações, lutas, motins, conflitos tribais e movimento separatista na província de Katanga, levaram ao país o caos e a desordem generalizada. Na busca de aumentar suas influências globais EUA e URSS contribuíam para a não solução da situação.

Não interessado na interferência da Bélgica, sua antiga metrópole, o governo congolês apela para a intervenção da ONU, buscando, dessa forma, evitar interferências externas a sua vontade. Com a retirada dos efetivos belgas de seu país a ONU assume a frente na busca da manutenção da paz do Congo, reafirmando os propósitos de manter a integridade territorial, a independência, a lei e a ordem e estabelecer um programa de assistência técnica.

“Entre 1960 e 1964, o Brasil participou da Operação das Nações Unidas no Congo (Opération des Nation Unies au Congo – ONUC), a fim de, inicialmente, garantir a retirada de forças belgas do Congo e, posteriormente, manter a integridade territorial e a independência do país. Pela primeira vez, nesse tipo de operação, os militares brasileiros realizaram tarefas de caráter humanitário, quando transportaram e distribuíram gêneros alimentícios, suprimentos e medicamentos para a população do Congo.”(COSTA, 2015, p 35)

Entre 1960 e 1974, o Brasil enviou militares para a Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC), com a finalidade de assegurar a retirada das forças belgas do Congo. Nesta situação, o Brasil começou a realizar tarefas de caráter humanitário no âmbito das operações de paz, ao ter transportado e distribuído gêneros alimentícios, suprimentos e medicamentos para a população congoleza, contribuindo para o processo de independência do Congo. (NASSER, 2012).

A participação brasileira ocorreu com cerca de 179 militares, os quais ficaram responsáveis pela tripulação e pessoal de terra para operar aviões de transporte e helicópteros, de julho de 1960 a julho de 1964. (COSTA, 2015, p 38)

2.1.3 ONUMOZ

Moçambique vivia uma grave disputa entre o governo de Chissano, do partido Frente de Libertação de Moçambique (FRELINO), e o Dhlakama, do partido Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Após vários anos de intensos conflitos e disputas políticas foi assinado o Acordo Geral de Paz, o qual foi

negociado por dois anos em Roma, a incerteza e desconfiança de seu cumprimento fizeram com que o presidente pedisse a intervenção da ONU para a garantia do acordado.

Em dezembro de 1992, a Resolução 797 (1992) do CSNU criou a ONUMOZ para apoiar o processo de paz em Moçambique. O SGNU chegou a comentar que gostaria que esse fosse o início de um aumento significativo das contribuições brasileiras para as missões de paz. (UZIEL, 2015, p 111)

“As consultas foram entabuladas em setembro de 1993 para o Brasil substituir o contingente italiano na ONUMOZ, mediante a cessão de um batalhão de infantaria de 850 homens. No entanto, o contingente italiano só foi parcialmente repatriado em fins de 1993. Este fato e a evolução favorável do processo de paz levou o SGNU a reformular o pedido feito ao Brasil para que enviasse então apenas uma companhia de infantaria de 170 homens, a fim de atuar na Zambésia, na região central de Moçambique.” (FONTOURA, 2005, p 214)

Na medida em que a cessão de tropas envolvia maiores riscos de segurança e maiores recursos orçamentários, era imperioso dar a maior transparência possível às ações governamentais que estavam sendo adotadas para enviar contingente militar armado a Moçambique. (FONTOURA, 2005, p 266)

“O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º – É aprovado o pedido de autorização para que o Brasil possa colocar à disposição da ONUMOZ, pelo prazo de um ano, um batalhão de infantaria, que teria como fim único cooperar com as Nações Unidas na restauração da democracia, na manutenção da segurança

da população, no respeito aos direitos humanos, na distribuição de ajuda humanitária e no estabelecimento de clima de paz e conciliação que permitam o funcionamento de eleições livres em Moçambique.

Parágrafo único – São sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem revisão deste pedido, bem como quaisquer atos que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º – Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.” (DECRETO LEGISLATIVO, 1994, N 15)

No pós Guerra Fria, a primeira missão em que o Brasil teve papel relevante ocorreu em Moçambique com a Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ), estabelecida no final de 1992. Logo, o Brasil enviou uma unidade médica, duas companhias de infantaria e, entre 1993 e 1994, assumiu o comando do contingente militar, com o General Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva, contribuindo para o fim da guerra civil. (SÁ, 2015).

A ONUMOZ (Operação das Nações Unidas em Moçambique), no período de janeiro de 1993 a dezembro de 1994, com o envio de 26 observadores militares e, durante 06 meses (de junho a dezembro de 1994), com uma companhia de

infantaria pára-quedista reforçada (COBRAMOZ), cujo efetivo era de 166 homens. (JONNY, 2009, p 76)

A participação da ONU em Moçambique marcou a terceira presença de tropa brasileira em missões de paz. O Conselho de Segurança da ONU, pela resolução 797, autorizou o emprego do contingente militar para monitorar a implantação do Acordo Geral de Paz entre o presidente Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama.

2.1.4 UNAVEM III

“De fevereiro de 1995 a junho de 1997, o Brasil participou da Terceira Missão de Verificação de Paz das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III), que se dispunha a promover a distensão da guerra civil que havia se instalado no país desde a sua Independência, em 1975. O objetivo desta missão, estabelecida por meio da Resolução nº 976/CS, de 1995, era supervisionar e executar acordos celebrados em protocolo”. (GONÇALVES, 2008, p 2)

A proximidade no tempo fez que os procedimentos empregados no caso do pedido de autorização de envio de tropas para Angola na UNAVEM III fossem semelhantes aos da ONUMOZ. (UZIEL, 2015 ,p 113)

“Em Angola (1995 a 1997), na UNAVEM-III o Brasil, em determinado momento da missão, chegou a ser o maior contribuinte de tropas de uma operação de paz da ONU, ao fornecer a cada turno da missão, um batalhão de infantaria com oitocentos homens, uma companhia de engenharia com duzentos profissionais, quarenta militares de saúde e quarenta militares de Estado-Maior. Durante quase dois anos, essa foi a maior operação de paz das Nações Unidas, com um efetivo de 7.000 soldados, fornecidos por 34 países.” (KENKEL, 2012)

Estabelecida como desenvolvimento das missões anteriores para monitorar o processo de paz, a UNAVEM III necessitava de tropas, que foram solicitadas ao Brasil mesmo antes do estabelecimento da missão. (UZIEL, 2015 ,p 113)

“O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º – É concedida a renovação, por um ano, do prazo de permanência do contingente militar brasileiro – COBRAVEM na Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola – UNAVEM-III, a contar do encerramento do atual turno de serviço.

Parágrafo único – São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem revisão do teor da autorização concedida, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º – Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.” (DECRETO LEGISLATIVO, 1996, N 70)

A participação brasileira em Angola tornou o Brasil, em 1996, o quarto maior contribuinte de tropas para as operações de paz das Nações Unidas, fato sem precedentes na história brasileira (KENKEL, 2012).

Para efetivar essa ação, o Brasil enviou para Angola quatro contingentes de cerca de 1200 homens, que tinham como missões: promover o desarmamento das tropas da UNITA; monitorar o cessar fogo; realizar o patrulhamento das instalações; e controlar as entradas e saídas dos aquartelados, dos portos e aeroportos. (GONÇALVES, 2008, p. 2)

2.1.5 UNTAET

De 1999 a 2002, O Brasil enviou contingentes para a Administração Transitória das Nações Unidas no Timor Leste (UNTAET). O Mandato, estabelecido pela resolução 1272 do Conselho de Segurança, conferia às tropas autoridade basicamente para manter a ordem pública, realizando operações tipo polícia. (EUA, 1999)

O envio de tropas brasileiras para operações de manutenção da paz em Timor-Leste pode ser tratado em dois momentos.

“Em 2000, após a retirada da Indonésia e a expulsão das milícias que assolaram o país, o CSNU criou uma administração transitória (UNTAET), que incorporou parte das tropas cedidas anteriormente para a força multinacional (INTERFET). Em 2004, a missão de paz em que se transformara a UNTAET, a UNMISSET, entrou em sua fase final, e o Brasil foi chamado a ampliar seu contingente, sendo o tema objeto de nova consulta ao Congresso Nacional. A missão das Nações Unidas no Timor Leste foi imposta em 20 de maio de 2002, no mesmo dia que o país se tornou independente. A resolução 1246, de 11 de junho de 1999, do Conselho de Segurança da ONU amparou a participação de tropas, em um país que estava dividido entre uma autonomia especial vinculada a Indonésia ou a separação total desse país.” (UZIEL, 2015, p 114)

Nos termos da Resolução nº 1264 (1999), a Força deverá ser sucedida, assim que possível, por operação de manutenção da paz destinada a ajudar as Nações Unidas a administrar o Timor Leste até a sua independência. O Brasil deverá também estar presente nessa missão de paz. (FONTOURA, 2005,p 221)

“O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º – É o Poder Executivo, nos termos da Lei nº 2.953, de 17 de novembro de 1956, e das disposições constitucionais e regimentais pertinentes, autorizado a enviar pelotão reforçado de até cinquente policiais das Forças Armadas brasileiras para integrar a força multinacional da Organização das Nações Unidas em sua missão no Timor Leste.

Art. 2º – Esta autorização é válida pelo prazo de duração da força multinacional da Organização das Nações Unidas em missão no Timor Leste.

Art. 3º – Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.” (DECRETO LEGISLATIVO, 1999, N 05)

Nas palavras do relator, deputado Jose Thomaz Nono: “[a] aprovação do envio de tropas para o Timor Leste foi algo absolutamente compreensível. Pais de

língua portuguesa, o Timor Leste, um enclave quase as portas da Austrália, bateu as nossas portas. (HAMANN, 2017,p 96)

Em sua primeira solicitação, o Executivo explicava que as tropas brasileiras já estavam em Timor-Leste desde 1999, com permissão legislativa, e afirmava que o país tinha interesse em manter um papel ativo no processo político timorense. (UZIEL, 2015, p 114)

A UNTAET (Administração Transitória das Nações Unidas no Timor Leste) que, desde 1999, mantém cinco oficiais de ligação e um pelotão de Polícia do Exército realizando missões de controle de trânsito, segurança de autoridades e de prédios públicos, entre outras tarefas. (JONNY, 2009, p 57)

Com a Independência do país, em 20 de maio de 2002, a missão foi encerrada, dando início à Missão das Nações Unidas de Apoio ao Timor-Leste (UNMISSET), que trazia em seu mandato características semelhantes às da missão anterior. (EUA, 2002)

2.1.6 MINUSTAH

A participação na Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (MINUSTAH), por mais de uma década, foi uma fonte inestimável de aprendizado para o Brasil. (HAMANN, 2017, p 09)

Em fevereiro de 2004, o CSNU autorizou uma força multinacional (FMI) a agir no Haiti e anunciou que estabeleceria uma operação de manutenção da paz para dar continuidade ao trabalho de estabilização do país. (UZIEL, 2015, p 115)

A participação brasileira nas operações de paz ao longo do tempo e, especialmente, detalha a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), considerada como a mais relevante participação brasileira em uma missão de paz da ONU. (COSTA, 2015, p 6)

O Brasil, que não integrou a FMI, mas era membro eletivo do Conselho de Segurança e votou a favor da Resolução 1529 (2004) sobre o Haiti, anunciou, dias depois, que teria interesse em dar contribuição substantiva para a futura missão e, possivelmente, indicar o comandante de seu componente militar. (UZIEL, 2015, 116) Em 30 de abril de 2004, atendendo a recomendações do Secretário-Geral, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução nº 1542, que estabeleceu a MINUSTAH, em substituição à Força Multinacional Provisória, a partir de 1º de junho de 2004. (COSTA, 2015, p 41)

“O Brasil foi solicitado pela ONU a assumir o comando do componente militar da MINUSTAH (*Force Commander*) e a enviar tropas para compor o contingente. Em sua fase inicial, a MINUSTAH foi composta com o efetivo autorizado de 6.700 militares, oriundos dos seguintes países contribuintes: Argentina, Benin, Bolívia, Brasil, Canadá, Chade, Chile, Croácia, França, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Portugal, Turquia e Uruguai.” (HAMANN, 2017, p 59)

“O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. - Fica autorizado o envio de contingente de 1.200 (mil e duzentos) militares brasileiros para a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em modificação do referido contingente, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.”(DECRETO LEGISLATIVO, N 207, 2004)

“Em 29 de maio de 2004, as primeiras tropas brasileiras chegaram a Porto Príncipe, como escalão avançado do que viria na semana seguinte, em um total de 1.200 militares da Brigada Brasileira. A Resolução 1542 do CSNU3, de 30 de abril de 2004, de forma sintética, instituía a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e determinava o emprego de tropas sob a égide do Capítulo VII da Carta da ONU, uma novidade para o Brasil, estabelecendo as seguintes tarefas prioritárias (mandato): manutenção de um ambiente seguro e estável; apoio ao processo político; e respeito aos direitos humanos. As demais resoluções que se seguiram mantiveram, essencialmente, as mesmas prioridades, mas com maior detalhamento descritivo no corpo do documento, e incorporando, a frente, recomendações voltadas para a edificação do país, dentro do conceito de reconstrução e busca da resolução das causas do conflito (*peacebuilding*), embora de forma modesta.” (HAMANN, 2017, p 18)

O término da missão ocorreu em 2017, sendo o último contingente composto por tropas do Comando Militar do Sudeste, onde tiveram o transporte de pessoal realizado pela Força Aérea Brasileira e o transporte de material realizado pela Marinha do Brasil.

3. A ESTRUTURA DAS FORÇAS DE PAZ

A estrutura das forças de paz brasileira está diretamente vinculada à resolução da ONU a qual determina os objetivos a serem atingidos no final da missão de paz. Na missão da MINUSTAH a resolução 1542, de 3 de abril de 2004, do Conselho de Segurança ampara o emprego de tropa no Haiti.

A Missão foi autorizada a incluir até 6.700 militares, 1.622 policiais, cerca de 550 funcionários civis internacionais, 150 voluntários das Nações Unidas e cerca de 1.000 funcionários civis locais. (COTER, www.coter.eb.mil.br, acesso as 16.43h, em 8 de maio de 2018)

3.1 O COMPONENTE CIVIL

“O componente civil, no Haiti é formado por três categorias distintas: funcionários civis internacionais, voluntários das Nações Unidas e os funcionários civis locais. Os funcionários civis internacionais representam uma parcela considerável no ambiente de uma missão de paz e são responsáveis por executar as principais tarefas administrativas. Os voluntários das Nações Unidas realizam os trabalhos de ajuda humanitária. Os funcionários civis locais, cujo salário varia de US\$150 a US\$ 1.500 dólares, representam uma parcela importante do funcionalismo da ONU, pois realizam tarefas de serviços gerais, segurança e limpeza. Muitos deles trabalham como intérpretes, professores, consultores e há aqueles que, devido ao nível de escolaridade, exercem atividades de cunho administrativo tais como assistentes e gerentes de setores.” (OLIVEIRA, 2013, p 35)

Uma das formas encontradas pela ONU para diminuir o problema das relações civis - militares e melhorar a coordenação de seus componentes e deles com os demais atores presentes no ambiente de uma operação de paz foram mudar o quadro organizacional das missões. (AGUILAR, 2016, p 05)

Atualmente, as atividades de CIMIC estão presentes nas operações de paz sob a égide das Nações Unidas, ao estabelecer um elo entre o componente militar e o componente civil, integrando os inúmeros atores das missões de paz, resultando num efeito multiplicador dos esforços. (ROMÃO, 2012, p 12)

A Seção de Assuntos Civis da MINUSTAH é dividida da seguinte forma: a Chefia do Escritório; 01 (um) Escritório de Apoio ao Parlamento; 01(uma) Unidade de Apoio Institucional; 01 (uma) Unidade de Gestão de Fronteiras e 10 (dez) Escritórios Regionais, sendo cada um responsável por um departamento do país. (CAVALIERE, 2012, p 31)

“O componente civil brasileiro no Haiti, em 2004 era composto de doze pessoas que trabalhavam em diversos setores tais como célula logística, célula de engenharia, segurança e seções da ONU como o CVR.

No ano de 2012 somente oito civis integravam a missão. O componente civil, apesar de realizar um trabalho voltado mais para as ações administrativas da ONU, participa de projetos sociais e humanitários desenvolvidos pelo contingente militar junto à população haitiana tais como: trabalhos em orfanatos, escolas e IDP. Integrando também o segmento civil, cabe ressaltar o segmento diplomático que, particularmente desde 2004, realiza um destacado trabalho por intermédio de ações em parceria com a ONG Viva Rio bem como apoiando o núcleo de cooperação técnica do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em diferentes oportunidades, sempre com o objetivo de tornar mais estreita e dinâmica as relações entre o Brasil e o Haiti. Além desse segmento a comunidade brasileira no Haiti é composta de cerca de 150 pessoas, sobretudo funcionários de ONG e religiosos que atuam em entidades de assistência social.” (OLIVEIRA, 2013, p 35)

Desta forma, emergiu no ambiente operacional das missões de estabilização da ONU a componente civil para apoiar o país que recebe uma missão de paz. Tal componente, por sua vez, confere as seguintes dimensões ao ambiente operacional: política; segurança; desenvolvimento; justiça; e direitos humanos. (ROMÃO, 2012, p 17)

A criação de uma vertente civil, por sua vez, teve por fim complementar a importante presença militar, dando-lhe respaldo via criação de uma agenda positiva voltada para o encaminhamento de questões sociais e econômicas do país. No caso específico, serviu por igual como meio de angariar simpatia e boa vontade numa sociedade historicamente hostil à presença estrangeira. (OLIVEIRA, 2013, p 52)

3.2 O COMPONENTE MILITAR

Dentro da estrutura da MINUSTAH, entende-se que o Componente Militar constitui o seu cerne, principalmente pelo suporte de segurança que oferece às demais atividades. Este componente tem por missão: garantir um ambiente seguro e estável a fim de contribuir para os objetivos políticos e de direitos humanos da MINUSTAH. (SOARES, 2005 p 2)

“O Brasil foi solicitado pela ONU a assumir o comando do componente militar da MINUSTAH (*Force Commander*) e a enviar tropas para compor o contingente. Em sua fase inicial, a MINUSTAH foi composta com o efetivo autorizado de 6.700 militares, oriundos dos seguintes países contribuintes: Argentina, Benin, Bolívia, Brasil, Canadá, Chade, Chile, Croácia, França, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Portugal, Turquia e Uruguai.” (CCOPAB, 2017, p 59)

O fato de o Brasil ter assumido o Comando da Força da MINUSTAH com a indicação de um general – *Force Commander* –, onze oficiais de Estado-Maior e com os maiores efetivos de tropas, vem contribuindo para fortalecer a imagem do País e do Exército Brasileiro no exterior, à medida que o desempenho desses militares tem

pautado pela eficiência e habilidade no trato das questões do Haiti. (OLIVEIRA 2006, p 106)

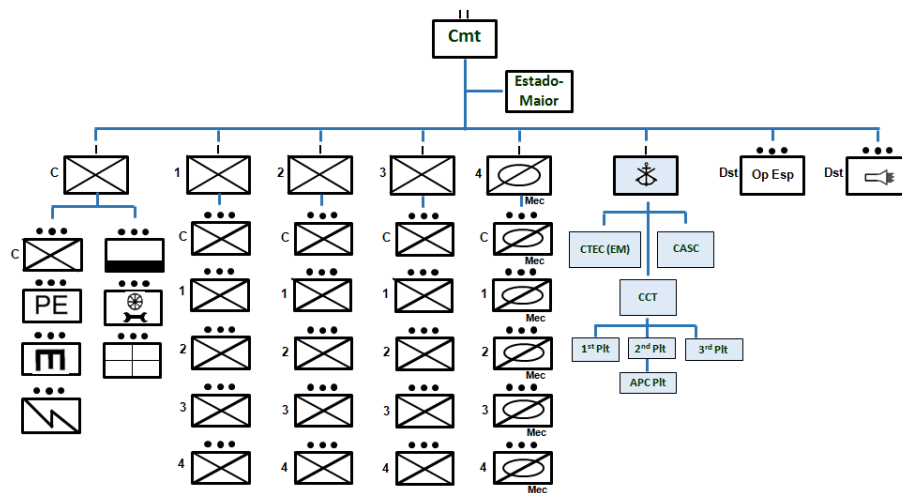


Figura 02 - Estrutura da MINUSTAH.

Fonte: EB 70 - MC – 10.219 – Operações de Paz

O CONTBRAS chegou ao país caribenho com 958 homens do Exército, organizados em um Comando de Brigada, com seu Estado-Maior e um Batalhão de Infantaria, além de um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, com 234 homens, também orgânico do Batalhão de Infantaria. O total do CONTBRAS I foi de 1.202 homens. (CCOPAB, 2017, p 59)

O cenário encontrado no Haiti e o cumprimento das tarefas de responsabilidade da MINUSTAH obrigaram a força militar, particularmente, o Exército Brasileiro, a se envolverem, desde o primeiro momento, nas mais diversas atividades, abrangendo quase todo o espectro de operações militares e de ações humanitárias. (RIBEIRO, 2007, p 07)

“A partir do terceiro contingente, inclusive, o Comando da Brigada e seu Estado-Maior são desativados e o CONTBRAS ganha uma Companhia de Engenharia de Força de Paz. Foi nesse momento que a MINUSTAH passou a enfrentar as gangues locais, iniciando por Bel Air.

A partir do terceiro contingente, o CONTBRAS passa a ser composto pelo Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABATT), incluindo-se o Grupamento de Fuzileiros Navais, e pela Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOY), com o efetivo total de 1.216 homens, sendo 832 homens no BRABATT, 234 Fuzileiros Navais e 150 na BRAENGCOY. A BRAENGCOY, aliás, permaneceria com esse efetivo até 2008, quando foi aumentado para 250.” (CCOPAB, 2017, p 59)

O trabalho realizado pelas tropas brasileiras, normalmente, abrange as seguintes modalidades: assuntos civis/ajuda humanitária, comunicação social e operações militares. Essas atividades vêm proporcionando melhores condições de

segurança e de vida à população haitiana, além de favorecerem a projeção do País, pela transparência e efetividade no emprego da tropa. (OLIVEIRA, 2006, p 109)

O efetivo do CONTBRAS, que permaneceu inalterado até o 11º Contingente, passou então a ser composto, a partir do 12º, por dois Batalhões de Infantaria de Força de Paz [1040 militares no primeiro (796 do Exército, 234 Fuzileiros Navais e 10 oficiais da Marinha) e 809 no segundo batalhão], além de uma Companhia de Engenharia (com 250 homens desde o 8º contingente), perfazendo um total de 2099 militares. (CCOPAB, 2017, p 59)

O efetivo da Cia E F Paz inicialmente foi de 150 homens, sendo reajustado para 250 engenheiros, no início de 2009. Destaca-se o elevado grau de especialização de seus componentes para operar equipamentos de engenharia de significativo valor agregado e o fato de ela ser integrada por 69 capacitados artifices para o cumprimento de missões técnicas ligadas à construção de instalações. (JONNY, 2009, p 68)

As obras realizadas pela companhia em benefício da população haitiana têm sido, articular a perfuração de poços artesianos, serviços de terraplanagens, recuperação de estradas e asfaltamento de ruas. A água é um dos bens mais importante da população. Até fevereiro de 2007, foram quinze poços de água perfurados. (TEIXEIRA ,2007, p 36)

Os trabalhos de ação humanitária realizados pela companhia ocorreram basicamente em escolas e orfanatos, por intermédio da recuperação de carteiras, pintura de escolas, melhoria dos acessos das crianças às escolas, além da prestação de assistência médica e programação de atividades de recreação. Estas atividades foram muito importantes para melhorar a imagem da MINUSTAH perante a população local. (JONNY, 2009, p 76)

Com a estabilização do país e sua reconstrução após o terremoto, o CSNU reduziu os efetivos da MINUSTAH. O Brasil voltou a ter apenas um batalhão e os efetivos do BRABATT e da BRAENGCOY passaram a ser de 1.200 e 250 militares, respectivamente. Em junho de 2015, ocorre nova redução de efetivo, passando o BRABATT a ter 850 militares e a BRAENGCOY, 120 militares. (CCOPAB, 2017, p 59)

3.3 O COMPONENTE POLICIAL

Ao longo dos cerca de 13 anos da existência da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), o Brasil contribuiu não apenas com membros de suas Forças Armadas para o componente militar da Missão 1, mas também integrou da mesma forma o componente policial, a *United Nations Police - UNPOL*, daquela Operação de Paz da ONU. (CCOPAB, 2017, p 64)

“O primeiro mandato estabelecido para a MINUSTAH, através da Resolução nº 1542 do Conselho de Segurança da ONU, era amplo em suas tarefas e abrangia setores cruciais da sociedade diretamente afetos as atividades policiais, entre os quais destacam-se:

“(...) Assistir no monitoramento, reestruturação e reforma da Polícia Nacional do Haiti; ajudar com compreensivo e sustentável programa de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR); assistir na restauração e manutenção do Estado de Direito, na segurança pública e ordem pública no Haiti; proteger o efetivo das Nações Unidas, recursos, instalações e equipamentos e proteger a população civil sob ameaça de violência física (...)” (Tradução livre). (ONU, Mandato da MINUSTAH. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/mandate.shtml>. Acesso em 03 maio de 2018)

Percebe-se que o mandato traçava objetivos específicos para o setor de segurança pública no Haiti, muitos deles de competência, em praticamente todos os países, das instituições policiais. (CCOPAB, 2017, p 68)

Tendo em vista a falta de uma agenda específica para o emprego de policiais militares em operações de paz, o Brasil sempre contribuiu com pouco efetivo para as 11 missões de paz da ONU com componentes policiais das quais participou entre os anos 1990 e o momento atual (CARRERA NETO, 2015).

O mesmo aconteceu com a MINUSTAH. Em 18 de setembro de 2014, os três primeiros policiais militares brasileiros integraram o componente policial da missão da ONU no Haiti e atuaram mais diretamente com ênfase nas atividades de estabilização do país. (CARRERA NETO, 2015).

Com o objetivo de tentar clarificar as atribuições desempenhadas pelos policiais militares na Missão e visando uma melhor compreensão do engajamento policial brasileiro, buscaremos subdividir em fases esses 13 anos de atuação na MINUSTAH: (1) Estabilização (2004-2006); (2) Operações Conjuntas e a Estruturação (2007-2009); (3) Terremoto: os IDP e a Atuação Humanitária (2010-2012); e (4) Desenvolvimento e Recursos Humanos (2013-2017). (CCOPAB, 2017, p 68)

Com o passar do tempo, o setor policial da MINUSTAH foi se adaptando as necessidades de reestruturação e reforma da PNH. A estratégia utilizada para atingir estes objetivos foi a criação gradual de um organograma “espelho” da UNPOL em relação a PNH, de modo que para cada unidade da polícia haitiana existisse uma unidade da UNPOL (*co-location*), com policiais especialistas nas mais diversas áreas de atuação policial. (MORAIS, 2015, p 148)

“Além do viés operacional, as atividades dos policiais da ONU na fase de estabilização também incluíam: “Os trabalhos envolvem a formação dos quadros da PNH, o policiamento ostensivo, a captura de criminosos, o treinamento da Polícia de Trânsito, inclusive no planejamento de colocação de semáforos e faixas de pedestres. Todos podem portar armas leves e efetuar prisões, visto que o Governo do Haiti não está ainda em condições de garantir a lei e a ordem internas. Trata-se de situação excepcional, com poucos precedentes na história das Nações Unidas.” (FONTOURA, 2009, p 61)

No primeiro semestre de 2007, as atividades executadas pela UNPOL e pelos militares internacionais buscavam sempre incorporar a participação da PNH. Esta era, no entanto, a maior dificuldade mesmo na fase inicial de planejamentos das operações e principalmente, na fase de execução no terreno. (CCOPAB, 2017, p 68)

Os abalos sísmicos que atingiram principalmente Porto Príncipe e outras localidades do Haiti, ocorridos em 12 de janeiro de 2010, mudaram completamente o rumo da missão. (CCOPAB, 2017, p 69)

Devido à catástrofe, um novo mandato foi emitido pelo Conselho de Segurança da ONU: no lugar da desmobilização e redução dos efetivos policiais e militares, a Missão teve seu efetivo dobrado para o período pós-terremoto e passou a incluir um elemento humanitário, com o sobrestamento dos projetos e processos em andamento. (CARRERA NETO, 2015)

A patente de Capitão foi a que mais integrou a MINUSTAH, com um total de 27 oficiais, seguidos dos postos de Major e 1º Tenente PM com um total de 9 oficiais para cada posto, o que representa 17% do total. Ainda quanto às patentes, vale registrar que também participaram da MINUSTAH somente uma praça (um Subtenente - ST da PMERJ), um Tenente Coronel da PMBA e um Coronel da PMDF. (CCOPAB, 2017, p 70)

“Entre 2004 e 2017, integraram a MINUSTAH um total de 53 policiais militares brasileiros, oriundos de 9 unidades federativas. Desse universo, a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) foi a que mais contribuiu com efetivos, com um total de 18 policiais, representando 34% do total. A Brigada Militar do Rio Grande do Sul (BMRS) e Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) ficaram em segundo lugar, com a cessão de 5 policiais militares cada, o que representa 9% de todo o efetivo. É importante

ressaltar que, por motivos de contenção financeira, desde janeiro de 2014, nenhum efetivo da PMDF foi autorizado a participar de qualquer missão de paz da ONU, ou seja, essa corporação atingiria uma proporção ainda maior, considerando que não houve contribuição nos três anos finais da Missão.” (CCOPAB, 2017, p 70)

4. AS PRINCIPAIS ATUAÇÕES DAS FORÇAS BRASILEIRAS

A experiência brasileira em missões de paz, até então, limitava-se à atuação nos termos do Capítulo VI, mais restritivo em relação ao uso da força. Essa concepção era intrínseca aos militares brasileiros, fruto da experiência vivida nos dez anos que antecederam a MINUSTAH. (DIAS, 2010, p 61)

A participação brasileira na MINUSTAH foi a maior operação militar no exterior desde a Segunda Guerra Mundial, permitindo o aparelhamento das organizações militares envolvidas e intercâmbios e aprimoramentos profissionais. (PINHEIRO, 2015).

“Desde a chegada da MINUSTAH ao Haiti, o país realizou três eleições presidenciais democráticas e contou com o apoio da Missão para superar a fase crítica de emergência humanitária pós-terremoto de 2010 e pós-furacão de 2016. Do ponto de vista da segurança, a Missão foi bem-sucedida em conter a ação de grupos criminosos que antes atuavam na capital, Porto Príncipe, sobretudo nos bairros de Belair, Cité Soleil e Cité Militaire.” (ITAMARATY, <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/142-minustah>, acesso as 18:40, em 09 de maio de 2018)

4.1 DESDOBRAMENTO INICIAL

Os primeiros contingentes foram marcados não só pela parte operacional mas, também, pela necessidade do estabelecimento das instalações e acomodações no Haiti. O início da montagem de uma base com segurança e que permitia o desenvolvimento de atividades administrativas foi fundamental para a execução de toda a história brasileira no Haiti.

“O desdobramento inicial da tropa brasileira no Haiti, realizado pelo 1º contingente do Batalhão Brasileiro (BRABAT), em 1º de junho de 2004, ratificou a concepção então vigente sobre o uso da força em OMP. Dessa forma, o contingente militar brasileiro pautou suas ações pelo uso mínimo da força, evitando engajamentos mais expressivos contra as forças adversas, a fim de evitar danos colaterais e não extrapolar a capacidade das tropas, que haviam se preparado prioritariamente para operações tipo polícia. Caracterizava-se, assim, na gênese da MINUSTAH, o cumprimento da missão baseado no Capítulo VI da Carta da ONU.” (PACHECO, 2012, p 59)

O transporte de carga pela Marinha do Brasil foi de fundamental importância para o deslocamento dos meios logísticos para a área de operações na concentração dos meios. A maior parte do material foi transportada por navios, destacando-se o envio das viaturas e blindados utilizados na missão e todo o aparato logístico das OM F Paz. (BANCKE, 2017, p 31)

Naquela época, um centro de instrução voltado para operações de paz. Os primeiros contingentes eram responsáveis pela sua própria preparação, com apoio

de algumas palestras do COTER, que nem sempre estavam atualizadas com a missão (NOVAES, 2017).

A primeira fase, entre 2004 e abril de 2006, que se distinguiu pela necessidade de desarmar as milícias e de treinar a PNH, para que esta recuperasse a legitimidade e a credibilidade. Além disso, a missão buscou o restabelecimento do diálogo político entre os diferentes grupos haitianos, como as elites e os ex-militares. (MACHADO, 2009)

“O emprego da tropa brasileira no Haiti, entretanto, caracterizou-se por sua evolução através de fases. A primeira delas, como descrita acima, evidenciou a necessidade de conhecimento mais profundo sobre as particularidades de emprego de tropa sob a égide do Capítulo VII. Nesse contexto, emerge uma segunda fase da missão, quando há uma maior compreensão sobre o alcance das regras de engajamento e a autorização para o uso da força letal no cumprimento do Mandato da Missão.” (CAVALCANTI, 2014, p 7)

O 1º contingente da MINUSTAH permaneceu no Haiti de junho a dezembro de 2004. A leitura realizada do ambiente operacional ao longo desses seis meses levou o Exército Brasileiro a mudar a sua postura na Missão. O preparo da tropa no escopo do Cap VI foi alterado para o preparo necessário à inserção da tropa em um ambiente onde prevaleciam as capacidades requeridas pelo Cap VII. Essa alteração se tornou mais visível com a chegada do 3º contingente, que realizou desde ações humanitárias, passando por operações tipo polícia e chegando às operações de combate. (PACHECO, 2012, p 95)

4.2 OCUPAÇÃO DE PONTOS FORTES

A proteção de áreas vitais para a estabilização do Haiti fez com que o contingente militar ocupasse instalações estratégicas no Haiti. O Forte Nacional, a Cité Soleil, Bel Air e Base da Porto são exemplos de locais de importância capital para o progresso da operação de paz. A presença garantiu não só a segurança, mas, também, contribuiu com segurança para o avanço das tropas no combate a grupos armados.

A defesa em Ponto Forte já prevista no manual EB20-MF-10.103 Operações, preconizada para operações regulares é utilizada principalmente na região amazônica, região com imensos vazios demográficos onde a ocupação de determinado ponto pode interferir sobremaneira nas operações inimigas. O Exército, no Haiti, aprimorou a concepção de Ponto Forte, associando à ocupação de um posto de segurança estático. (BANCKE, 2017, p 20)

O controle destas favelas se dá em um contexto de confronto entre as milícias locais, criminosos e insurgentes e rebeldes (contra a presença da ONU). Um dos objetivos da primeira missão era justamente a ocupação de áreas 'conturbadas'. (JÁCOMO, p 06)

“Inicialmente, quando a ação de presença era prioridade, se constituiu na ocupação provisória de ponto importante e de grande visibilidade da cidade. Um grupo de combate (GC) controlava o trânsito, outro realizava patrulha na área e outro grupo permanecia como força de reação. A principal finalidade era ação de presença.

Depois desta fase, Ponto Forte passou a ser a ocupação de instalação dentro de um bairro conturbado, geralmente em local com dominância sobre a região, ocupada permanentemente por fração nível pelotão e de onde partiam grupos de combate para realizar o patrulhamento ostensivo.

Desta forma, este tipo de operação visava controlar permanentemente a segurança em determinado bairro, servindo de pólo irradiador de patrulhas para projeção de poder no intuito de inibir a ação de gangues.” (BANCKE, 2017, p 20)

Após 5 anos de presença da Missão, áreas foram reconquistadas das gangues e devolvidas aos cidadãos haitianos. Mas não basta pacificar militarmente essas áreas, é necessário derrotar a violência nas suas raízes. (DEFESA, www.defesa.gov.br/arquivos/File/2011/mes02/livreto_haiti.pdf, acesso as 18:29 em 08 de maio de 2018)

“No decorrer da missão no Haiti foi observado que havia uma grande deficiência no modo de atuação do componente militar da MINUSTAH: as tropas não permaneciam constantemente nas áreas mais críticas sob sua responsabilidade. Tal fato era decorrente do grande número de patrulhas motorizadas que não favoreciam um contato mais próximo com a população. Era notório que após a passagem das patrulhas, os elementos das forças adversas retornavam às ruas e utilizavam os bairros como locais de homizio, onde formavam verdadeiras bases de combate. O primeiro passo dado na direção da solução do problema foi a adoção do patrulhamento a pé, mas que não foi plenamente suficiente. O comando do batalhão brasileiro iniciou um estudo para levantar as prováveis linhas de ação que permitiriam obter uma presença constante na área. A análise realizada apontou para o emprego do ponto forte, que reuniria as características de uma base de patrulha valor pelotão com as técnicas do ponto de segurança estático em operações de garantia da lei e da ordem. (REZENDE, Marcelo Lopes, 2007, p 16)

Após a experiência positiva no Haiti, esta concepção de ponto forte foi utilizada nas favelas do Rio de Janeiro com a denominação de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). (BANCKE, 2017, p 20)

4.3 APOIO A VÍTIMAS DO TERREMOTO

O apoio às vítimas do terremoto foi a primeira grande atuação brasileira em operações de ajuda humanitária. A forma devastadora da natureza destruiu milhares

de casas e deixou um número expressivo de mortos. A desobstrução de vias, procura de sobreviventes nos escombros, apoio em saúde, ajuda na reconstrução, distribuição de alimentos, recebidos de donativos internacionais, foram algumas das atividades desenvolvidas que ganharam vulto no cenário mundial.

O terremoto do dia 12 de janeiro de 2010 atingiu a área mais populosa do Haiti, a capital Porto Príncipe e municípios próximos, causando a suspensão de serviços básicos, como o de água e de energia elétrica, à paralisação do comércio e piorou a escassez de alimentos, já existente no país. Os sistemas de comunicações entraram em pane e a estrutura bancária e financeira do país foi afetada. (AGUILAR, 2014, p 3).

Ainda segundo o autor, Porto Príncipe sofreu os maiores danos. No sudeste haitiano o impacto mais grave foi em Jacmel (50% das edificações destruídas). No oeste, foram afetadas as comunidades de Cabaret, Cité Soleil, Croix-des-Bouquets, Tabarre, Carrefour, Grand-Goâve, Gressier, Petit-Goâve, Delmas, Pétion Ville e Léogâne (90% destruída).



Figura 03 – Consequências do terremoto.

Fonte: DIAS, 2011

“Muitos prédios do governo foram completamente destruídos, como por exemplo: o Palácio Nacional, sede do poder executivo, muitos Ministérios, a Suprema Corte, o Palácio da Justiça, o Parlamento, instalações policiais e judiciárias.

Aproximadamente 4.000 detentos do sistema prisional fugiram, incluindo algumas centenas de ex-integrantes de gangues. Além do mais,

as eleições previstas para fevereiro de 2010 tiveram que ser adiadas, causando incertezas e iniciando uma crise de legitimidade no Governo.

A própria MINUSTAH perdeu parte de sua infraestrutura e sofreu inúmeras baixas. Vale destacar a perda de 18 militares do CONTBRAS. Mesmo assim, as tropas da ONU atuaram de imediato, formando equipes de resgate.” (ROMÃO, 2012, p 24)

No dia 14 de janeiro de 2010, uma comitiva do Brasil chegou em Porto Príncipe, composta pelo Ministro da Defesa, Nelson Jobim, o Comandante do Exército, General de Exército Enzo, e o Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Moura Neto, a fim de reunir com o Presidente do Haiti, René Preval, e de verificar os danos causados pelo terremoto. (BRASIL, 2010).

Também houve a cooperação de mais de 100 países, com o envio de equipes de busca e resgate e de saúde, além de água, alimento, remédio e itens de abrigo. Exército de países que não compunham a MINUSTAH também chegavam em navios e vôos diários. Os maiores efetivos eram oriundos dos EUA, da França, do Canadá e da Itália. (PINHEIRO, 2010).

O componente militar da MINUSTAH estava composto por 6700 militares de 56 países e era comandado pelo General de Brigada brasileiro Floriano Peixoto. Logo, os militares foram rapidamente acionados para apoiar a população haitiana. (AGUILAR, 2014).

Diante de tal situação, os militares da Missão alteraram suas ações, passando a realizar ações de ajuda humanitária, tendo como principal obstáculo a dificuldade em prover a segurança ao povo haitiano. Logo, reorganizaram seus efetivos e reformularam a estratégia de emprego, modificando as ações de estabilidade, sem, no entanto, permitir que a segurança conquistada pelos contingentes anteriores fosse perdida. (CABRAL, 2012).

Em decorrência dessa situação, o Conselho de Segurança das Nações Unidas autorizou por meio da resolução nº 1908, de 19 de janeiro de 2010, o incremento do efetivo da MINUSTAH, incluindo funcionários civis, agentes penitenciários, policiais e militares, com a tarefa de apoiar a reconstrução e a estabilidade do Haiti. (SILVA, 2011).

4.4 ATUAÇÃO HUMANITÁRIA PÓS-FURACÃO MATHEW

A segunda grande manifestação da natureza, o furacão Mathew, desestabilizou mais uma vez o país, principalmente em sua região Oeste. Inúmeras vítimas e desabrigados faziam filas para receber os donativos e ajuda internacional.

Com uma resposta rápida e precisa as forças brasileiras lideraram as ações de reconstrução, distribuição de alimentos, reconhecimento de vias de acesso, escolta de comboios e segurança de instalações de armazenamento de alimentos. Mais uma vez as ações brasileiras projetam a imagem do Brasil de forma positiva no cenário mundial.

“Citando os grandes impactos que a passagem do furacão Matthew causou ao Haiti, o conselheiro especial da ONU, David Nabarro, afirmou na terça-feira (18) que são imprescindíveis ações imediatas para responder as grandes necessidades, altas frustrações e liberar o acesso às áreas mais atingidas no país.

Segundo Nabarro, embora ainda haja muitas pessoas sem alimentos, sem água e sem cuidados médicos, especialmente na parte sul ocidental da ilha caribenha, muitas ações já estão em curso, com muitas pessoas trabalhando duro e reajustando suas vidas em meio à tragédia.

Um alto funcionário da Missão das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) informou que um progresso significativo está sendo feito para limpar as estradas do país, a fim de facilitar a circulação da ajuda humanitária.

De acordo com o vice-representante da MINUSTAH, Mourad Wahba, devido aos esforços dos engenheiros da missão e das autoridades locais, as estradas foram limpas e agora há acesso a partir de Porto Príncipe, onde está o aeroporto do país e onde a maior parte da ajuda é descarregada.” (ONU, <https://nacoesunidas.org/haiti-onu-pede-resposta-robusta-para-enfrentar-cenario-pos-furacao-matthew/>, acesso às 15:35 em 09 de maio de 2018)

As ações de CIMIC ocorrem nos níveis operacionais e táticos. Decorrem das diretrizes estabelecidas pelos assuntos civis, que são normatizadas nos níveis político e estratégico e se destinam a atender aos interesses do Estado que as normatiza no Teatro de Operações ou Área de Operações (TO/A Op) por intermédio de atores civis e militares. (EB70-MC-10.221, 2017, p 2-1)

Os oficiais de ligação de cooperação civil-militar (O Lig CIMIC) deverão ser especialistas em OG/OI/ONG. Em princípio, o comando da tropa executante deve possuir experiência no relacionamento com as agências. (EB70-MC-10.221, 2017, p 2-6)

As operações de pós furacão Matthew, foram voltadas para a análise do grau de destruição, levantamento das áreas atingidas, escalonamento das necessidades e emprego para reestruturação do país e assistência comunitária. Dentro da estrutura supracitada, foi ordenados reconhecimentos, escoltas de comboios, segurança da distribuição de alimentos, segurança de áreas de armazenamentos de donativos, segurança do desdobramento do hospital argentino e recepção de donativos internacionais, entre outras atividades.



Figura 04 – Ajuda Humanitária.

Fonte: EB70-MC-10.221

As tropas brasileiras no Haiti trabalham no envio de comida e remédios para a população mais atingida pelo Furacão Matthew no país. De acordo com o oficial de comunicação da MINUSTAH – a força de paz das Nações Unidas no Haiti –, coronel Alexandre Lima, os militares atuam desde o carregamento de navios que saem da capital Porto Príncipe com donativos em direção à região oeste do país, mais atingida pelo furacão, até a reconstrução de estradas e organização da distribuição dos mantimentos. (AGENCIABRASIL, <http://agenciabrasil.ebc.com.br>, acesso 16:17 as 09 de maio de 2018)

4.5 GARANTIA DA SEGURANÇA DAS ELEIÇÕES

A garantia da realização das eleições no Haiti era uma condição para o término da missão de estabilização do Haiti. Passo importante para a posse de um governo legítimo, as forças militares e civis brasileiras se desdobraram em todo o país com o objetivo de garantir uma votação em ambiente de segurança. O sucesso das eleições contribuiu para a retomada da credibilidade política haitiana.

“Nós tivemos menos incidentes. As minhas tropas tiveram de atuar em dois locais no norte do país, nós tivemos de mandar as tropas de helicóptero porque havia ameaças de ataque aos locais de votação. À noite, nós ficamos preocupados após o encerramento da votação. Incendiaram um mercado em Pétienville. Aquilo parecia que a crise iria ser escalada e mandamos as tropas para a rua. Durante a noite 120 homens das tropas do Brasil, que estão sediadas aqui na capital, patrulharam principalmente Pétienville e continuam nas ruas.”

Ele disse que as forças da Minustah também estão acompanhando as manifestações que estão ocorrendo perto do Palácio Presidencial.” (ONU, <https://news.un.org/pt/story/2016/11/1569381-situacao-no-haiti-e-calma-depois-das-eleicoes-afirma-comandante-da-minustah>, acesso as 18:44, em 09 de maio de 2018)

Em 2011, ocorreram novas eleições presidenciais e a missão evoluiu a fim de completar o seu mandato original, para assegurar um ambiente estável, promover o processo político dentro da normalidade, fortalecer as instituições governamentais do Haiti e sua estrutura de leis e regulamentos, além de implementar regras para a proteção dos direitos humanos. (HAMANN, 2017, p 61)

“Politicamente, o país segue seu rumo, ainda necessitando de alguma tutela. Como ocorre em outras ex-colônias européias da América, o componente político não evolui no mesmo ritmo que o econômico e social. No entanto, já é possível a realização de eleições livres sem a ingerência de grupos armados. Essas melhorias socioeconômicas, a possibilidade de eleições livres e a livre circulação por Porto Príncipe só são possíveis graças a ação da MINUSTAH, que pode garantir um ambiente seguro e estável em todo o país.

Por fim, afirmamos que o mundo tem se desenvolvido, como um todo, a passos lentos, o que é esperado para uma humanidade tão diversa, complexa e com níveis evolutivos tão distintos. No entanto, um fator tem que ser considerado. Apesar de ser tão criticada, ter suas ações tão questionadas e cometer o erro, a nosso ver, de tentar impor a visão ocidental de mundo a todas as nações do planeta, a ONU, desde a sua fundação, tem buscado melhorar as condições de vida das populações mais carentes, utilizando-se para isso, meios diversos, ações políticas e muitas vezes ações não governamentais.” (HAMANN, 2017, p 65)

As atividades desenvolvidas pelo contingente militar buscavam garantir a segurança e credibilidade das eleições. Com esse fim, militares escoltaram urnas eleitorais no percurso de ida e volta dos locais de votações, realizaram segurança durante as votações em várias cidades, consolidou a segurança de pontos-chaves, todos esses fatores contribuíram para a legitimação do pleito eleitoral, o que contribuiu para um ambiente nacional seguro e estável.

4.6 DESMOBILIZAÇÃO

A desmobilização das forças brasileiras no Haiti é, com certeza, o último grande acontecimento em solo haitiano e representa a forma vitoriosa de nossa atuação. A retirada de inúmeros equipamentos e a desmontagem das bases foi realizada de forma a ajudar a população local e atender as necessidades da ONU. O correto modo com que foi realizada a desmobilização credencia o Brasil a mais ações sobre a responsabilidade da ONU.

A desmobilização da tropa realizada para proporcionar aos militares a garantia de que estão retornando a seus lares em boas condições físicas, mentais, psicológicas e livres das patologias congênitas da área de operações. Essa atividade traz confiabilidade ao processo, auxiliando, junto com outros fatores, a

garantir um elevado numero de voluntários para a missão. E realizada em todos os militares que retornam de missões de paz. (HAMANN, 2017, p 63)

Todos os envolvidos no processo de reversão de um contingente devem conhecer os diversos documentos que regem as operações de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), particularmente aqueles relativos aos encargos administrativos para o encerramento da missão e repatriação dos meios e do pessoal. (EXÉRCITO, SEPARATA AO BE Nº 12/2018, 2018, p 06)



Figura 05 – Preparação para reversão.

Fonte: SEPARATA AO BE Nº 12/2018

Os militares do BRABAT 26 foram incumbidos de operacionalizar a reversão do contingente militar brasileiro. Vê um A divisão dos trabalhos foi feita pelas classes de matérias, as quais tiveram um militar responsável pela organização. A correta organização e confecção de relatórios, guias e inventários, facilitaram a repatriação e doação de matérias, os quais contribuíram para o cumprimento das missões durante todo o tempo de permanência no Haiti.

Ainda, a segurança de comboios e componentes militares de outros países fez parte desta importante fase. Podemos citar a desmobilização do Chile Batalion (CHIBAT), da cidade de Cap-Haitien, onde o contingente brasileiro foi responsável pela segurança, escolta do material para o deslocamento fluvial e do pessoal para o embarque final e retorno para seu país de origem.

5. AS EVOLUÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO

5.1 PROCESSO DE SELEÇÃO DE MILITARES

O avanço no processo de seleção dos militares deu-se com as experiências vivenciadas em atividades ocorridas no Haiti. A implantação de exames médicos, físicos, questionários, entrevistas e testes psicológicos, entre outros, anteviu os possíveis problemas. Dessa forma foram selecionando pessoas que em determinados períodos de tempos estavam mais aptas ao cumprimento da missão.

Os exames médicos e vacinações fazem parte do processo de seleção do militar para ir para o Haiti. A necessidade do correto panorama médico dos militares é vista pela execução de eletrocardiogramas, radiografia do tórax, exames laboratoriais e vacinações, os quais ocorrem desde o início do processo de seleção. A inspeção gerenciada pela Junta de Inspeção de Saúde verifica todos a parte médica e da a aprovação para o militar ir para missão, o que permite as boas condições de sanidade médicos do componente militar.

Os exames psicológicos é um procedimento que ocorre logo no início da seleção. A entrevista e realização de teste que são aplicadas por profissionais capacitados do Centro de Estudo de Pessoal proporcionar a verificação do estado mental dos militares que participam do processo de seleção. A divulgação dos resultados não reflete uma doença ou uma incapacidade permanente, que impeçam o militar de participar da missão, e sim analisa um estado temporal da preparação projetando um futuro próximo de um ano, facilitando a escolha entre os militares o que contribuirá para diminuir a possibilidade de problemas na missão.

Os exames físicos são partes importantes do processo de seleção dos militares. A aplicação de testes de aptidão física com o acompanhamento de militares do Instituto de Pesquisa e Capacitação Física do Exército, permitem o acompanhamento da evolução do preparo dos militares que irão participar de uma missão real. Assim, as boas condições físicas dos militares são consideradas fundamentais para suportar operações que será obrigatório o uso de colete balístico e capacete, além de outros instrumentos de emprego militares, garantindo a maior percentual de sucesso na missão.

Em síntese, é perceptível o nível de cobrança e a seriedade pela qual os militares voluntários a compor o contingente brasileiro é submetido. Os bons resultados nos treze anos de missão são decorrentes de um processo seletivo que

evoluiu e proporcionou a melhor seleção possível. Como resultado, a história de sucesso do Brasil no Haiti é graças a uma seriedade no processo seletivo, que permitiu a condução dos militares mais aptos no universo disponível e no tempo necessário.

5.2 TREINAMENTOS DAS FORÇAS EMPREGADAS

Os constantes avanços do ambiente operacional refletiram na forma de treinamento desenvolvida para preparar as tropas para o cumprimento da missão. A realização de exercícios, mais próximos da realidade, possibilitou uma melhor capacitação dos recursos humanos para enfrentar as mais diversas situações.

“As instruções para a tropa que vai ser enviada para uma missão de paz devem abranger duas áreas: uma básica e geral, válida para todos os tipos de missão (preparação completa) e outra específica, válida para uma determinada missão (preparação específica), envolvendo todos os aspectos conhecidos, como o conflito em si, o clima da região, os costumes e as características da população, o conceito da operação, a organização da força, as relações de comando e as tarefas a executar.” (BLANCHE, 2017, p 19)

“Em fevereiro de 2005, com a designação do Comandante do CI Op Paz, cumulativamente com o do REI, efetivamente teve início a atividade de instrução e controle do preparo do Batalhão Haiti. O dia 1º de março de 2005 marca, oficialmente, a criação do CI Op Paz. As adaptações e modificações estruturais já no novo endereço, antiga sede do CAAdEx, possibilitaram o surgimento das primeiras salas de aula, salas de instrução e sala de videoconferência (sala Haiti). Destaca-se que, já nessa época, o pensamento norteador era do estabelecimento de uma unidade futurista, com tecnologia de ponta e caráter inovador.

Ainda em 2005, CI Op Paz e CAAdEx estabelecem o treinamento completo do primeiro contingente, incluindo o Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP). Para tal, foi estabelecido o primeiro Programa Padrão (PP) de instrução, editando, fundamentalmente, uma revisão da experiência brasileira nos idos de 1965, quando do desdobramento do Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana (FAIBRAS). (HAMANN, 2017, p 17)

O primeiro semestre de 2007 foi dedicado a atender instruções para o 7º Contingente. O primeiro evento nas instalações do novo Centro foi o Estágio de Preparação para o Comandante e o Estado-Maior Combinado (EPCOEM) do Batalhão Haiti, antecedendo o Exercício Avançado para Comandantes e Estado-Maior. Naquela

oportunidade, o Centro recebeu seus primeiros alunos da Marinha e da Aeronáutica. Pode-se afirmar que essa foi a primeira atividade de instrução “conjunta”. No segundo semestre, além desse estágio, realizou-se a primeira versão do “Estágio de Preparação para Comandantes de Subunidade e Pelotão (EPCOSUPEL)” do 8º Contingente.

Utilizando parte das novas instalações, o Centro adotou um currículo de treinamento com foco na instrução de tiro, na utilização do terreno e nas regras de engajamento, além dos módulos de treinamentos padronizados pelas Nações Unidas - *Standardized Generic Training Module* (SGTM). Além disso, o Centro participou de instruções de preparo e foi o responsável pela montagem do EAOP da Companhia de Engenharia de Força de Paz.

Ainda no segundo semestre, também foi criado o “Estágio de Preparação para Missões de Paz (EPMP)”, tendo como público-alvo os militares que desempenhariam missão de Observador militar ou oficial de Estado-Maior.

Entre 2007 e 2009, iniciou-se a inserção do segmento civil nos estágios, por meio do “Estágio para Jornalistas e Assessores de Imprensa em Áreas de Conflito (EPJAIAC)”, do “Curso Integrado de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (CIDDR)” e do “Curso de Salvaguarda e Segurança na Abordagem dos Trabalhos em Campo (SSAFE)”, bem como por intermédio de simpósios, seminários, *workshops* e palestras em institutos e instituições de ensino de nível superior e internacionais.

Em 2008, consolidou-se o preparo da Companhia de Engenharia, que passou a ter o mesmo tratamento do Batalhão Haiti, com a participação de seus quadros em todos os estágios realizados.

No mesmo ano, o Centro recebeu seu primeiro aluno estrangeiro e o primeiro aluno da Polícia Militar. Com isso, o CI Op Paz passava a cumprir, na íntegra, a missão estabelecida na Portaria de criação da unidade: “apoiar a preparação e o treinamento de militares (MB, EB, FAB), policiais e civis brasileiros e de nações amigas para as missões de paz e de desminagem humanitária”.

Em novembro de 2008, o CI Op Paz consolidou seu nome no plano internacional ao realizar, em parceria com o *Department of Peacekeeping Operations* (DPKO), o *Senior Mission Leadership Course* (SML) 8, para 24 Oficiais- Gerais, policiais e civis de vários países, candidatos a líderes seniores de missões de paz. Também no final de 2008, o COTER designou o CI Op Paz para conduzir, de forma presencial, o preparo de todos os policiais brasileiros designados para operações de paz.

Aos poucos, fez-se necessária a ampliação da previsão de cargos e o melhoramento da qualidade das instalações e da estrutura já existente com a criação da Sala Integração e do Espaço Cultural Sergio Vieira de Mello, bem como a construção de ambientes para hospedagem de alunos e instrutores. A aquisição de Simulador de Tiro, ainda em 2008, veio contribuir com o treinamento das regras de engajamento, fundamentalmente para a fixação de conceitos do uso gradual da força e da proteção de civis.

Em 03 de dezembro de 2008, o Comandante do Exército aprovou a Portaria no 949, que atribuiu a denominação histórica de Centro Sergio Vieira de Mello ao CI Op Paz, como reconhecimento aos feitos desse brasileiro pela busca da paz mundial e seu compromisso com o sistema Nações Unidas.

No início de 2009, o primeiro oficial estrangeiro, o Capitão-de-Fragata (Argentina) Nuñez, e o primeiro instrutor da Polícia Militar, o Maj PMERJ Cândido, incorporaram-se ao quadro de instrutores do CIOpPaz, tornando-o internacional e integrado. (HAMANN, 2017, p 17)

5.3 CRIAÇÃO DO CCOPAB

A criação do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil é um dos principais avanços do Exército Brasileiro. O CCOPAB desenvolve cursos agregando diversas forças auxiliares com o objetivo de proporcionar a melhor preparação dos militares que irão atuar em missões de paz. O investimento em profissionais capacitados é refletido no grau de excelência demonstrado pelas Tropas Brasileiras no exterior, gerando reconhecimento, treinando militares no Brasil e recebendo estrangeiros com o mesmo propósito.

A quarta fase da evolução da arquitetura de treinamento das tropas brasileiras inicia-se em 15 de junho de 2010, quando a Portaria nº 952 do Ministro da Defesa

designa o CI Op Paz para a preparação de militares e civis brasileiros e de nações amigas a serem enviados em missões de paz e desminagem humanitária e altera sua denominação para Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). (HAMANN, 2017, p 27)

“A partir do desencadeamento da MINUSTAH e com a previsão de envio de vários contingentes, o Exército criou em 2005, na Vila Militar do Rio de Janeiro, o Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOPaz) que tinha como missão contribuir para a pesquisa, desenvolvimento e a validação da doutrina de emprego da Força Terrestre no que se refere às operações de paz, o qual, mais tarde, por meio da Portaria 952/MD, de 15/06/2010, se transformou no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). A partir daí os comandantes de frações passaram a realizar estágio de preparação neste Centro para depois transmitir as instruções às suas frações.” (BLANKE, 2017, p 19)

E importante destacar a visão estratégica dessa designação, pois denota a percepção do mais alto escalão decisório militar brasileiro da expressão internacional do Centro e de sua capacidade de interação com os demais componentes integrantes de uma missão de paz. (HAMANN, 2017, p 27)

Além de cursos, estágios e exercícios avançados voltados a profissionais militares, O CCOPAB oferece programas voltados ao público civil – como o Estágio de Preparação para Assessores de Imprensa em Áreas de Conflito, Curso de Proteção de Civis e Curso de Segurança e Salvaguarda em Ambientes com Missão das Nações Unidas. (BANCKE, 2017, p 19)

“Em 2012, por meio de portaria do Departamento de Ensino e Cultura do Exército (DECEX), o CCOPAB obtém o reconhecimento e o credenciamento como Estabelecimento de Ensino (EE), habilitando-se a oferecer e conduzir atividades de ensino na modalidade “a distancia”.

Em 2013, fruto da necessidade da adequação de currículo e por força da necessidade verificada no emprego da missão no Haiti, consolidou-se a nova estrutura do Estágio para Tradutores e Interpretes Militares (ETIMIL), com a ampliação da carga horária por intermédio do ensino a distancia.” (HAMANN, 2017, p 29)

5.4 MOTIVAÇÃO DOS QUADROS

A missão do Haiti serviu com uma grande motivação para os militares pertencentes ao Exército Brasileiro. Tal motivação se refletiu em uma melhora nos padrões de desempenho, englobando áreas das áreas cognitiva, psicomotora e afetiva.

No contexto atual do Exército Brasileiro, a participação na MINUSTAH é a ação militar brasileira mais voltada para a atividade fim de um Exército, que mais se assemelha à preparação e embarque para uma guerra, ou seja, é na atualidade a

situação mais próxima da simulação da preparação e embarque para uma guerra. (BANCKE, 2017, p 24)

A grande motivação de colocar em prática conhecimentos adquiridos nas escolas de formação garante uma motivação constante dos quadros. A manutenção de padrões mínimos de emprego gera um melhor desempenho na qualidade geral de seus recursos humanos aumentando, com isso, o grau de prontidão da tropa brasileira em todo cenário nacional.

A necessidade de passar por testes físicos também contribuiu para a motivação dos quadros. A realização de testes físicos com o acompanhamento dos militares que compõe o Instituto de Planejamento e Capacitação Física do Exército, realizando medições e planejamentos de treinamentos, proporcionou um ganho na parte psicomotora de inúmeros militares. Com isso, a missão despertou a grande importância do preparo físico, o que gerou uma maior atenção a execução de atividades físicas.

A possibilidade de atuação em outro país impulsionou a motivação entre os quadros. Os espíritos de cumprimento de missão, potencializado pelo fato de representar o Brasil além fronteiras, beneficiou o interesse de diversos militares de ocuparem funções nos corpos de tropa no nível tático. Como consequência, a concorrência proporcionou uma melhora nos padrões e o nível de instrução, o que permitiu um crescimento profissional nacional.

“Em suma, a participação na MINUSTAH foi uma grande oportunidade para os oficiais e sargentos do Exército colocar em prática os ensinamentos dos bancos escolares em sua plenitude, desde o emprego das pequenas frações até a logística de um contingente de força de paz. A missão permitiu o desenvolvendo de capacidades, como aprimoramento da doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura constituindo-se de grande importância para o Exército Brasileiro.” (BANCKE, 2017, p 33)

5.5 APOIO A TREINAMENTOS EM OUTROS PAÍSES

As EMT do CCOPAB, que já ministraram estágios em Angola, Colômbia, Moçambique e Namíbia, atuam conforme as normas e recomendações das Nações Unidas, contribuindo na preparação de militares para as operações de paz e desempenhando atividade de relevante valor estratégico no incremento da cooperação entre o Brasil e nações amigas. (EXÉRCITO, <http://www.ccopab.eb.mil.br>, acesso as 18:19, e, 12 de maio de 2018)

A capacidade e o nível de treinamentos atingidos pelos profissionais brasileiros transcenderam fronteiras. A destacada participação do Brasil no Haiti possibilitou o envio de equipes brasileiras para treinar militares em outros países e recepção de equipes comitivas estrangeiras para visitar este centro de excelência. O intercâmbio de conhecimento aumentou a capacidade de nossos militares como instrutores e disseminadores de conhecimento em operações de paz.

“Huehuetoca, México - Entre os dias 14 e 24 de novembro, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), por intermédio de uma Equipe Móvel de Treinamento (EMT), coordenou o primeiro Estágio de Preparação de Comandantes de Subunidade e Pelotão para militares mexicanos que vão atuar em missão de paz. O estágio foi realizado no Campo Militar 37-C, no Município de Huehuetoca, Estado de México, para 41 militares mexicanos, sendo 31 do Exército e 10 Fuzileiros Navais. A EMT do CCOPAB no México foi formada por cinco instrutores do Centro, sendo quatro do Exército Brasileiro e um da Marinha do Brasil.

Durante o Estágio, os instrutores do CCOPAB ministraram instruções sobre o Core Pre-Deployment Training Material (CPTM, sigla em inglês), conteúdo básico exigido pelas Nações Unidas para militares que serão empregados em operações de paz, além de instruções práticas contextualizadas. Nessa última parte, foi simulado um cenário possível de ser encontrado em missões de paz, abordando procedimentos sobre regras de engajamento, patrulha, check-point, busca e apreensão, atendimento pré-hospitalar e vasculhamento.

Na cerimônia de encerramento, que contou com a presença do General Porfirio Fuentes Vélez, Chefe da 5ª Seção do Estado-Maior da Defesa Nacional do México, foram entregues os certificados de conclusão para os estagiários.” (EXÉRCITO, <http://www.ccopab.eb.mil.br>, acesso as 18:23, e, 12 de maio de 2018)

Atualmente, um número cada vez maior de estrangeiros também tem recebido treinamento na instituição. Militares de países como Argentina, Chile, Estados Unidos, França e Canadá, entre outros, já passaram pelo CCOPAB, que tem ampliado seu prestígio como instituição apta a preparar efetivos para atuar em operações de paz. (BANCKE, 2017, p 19)

“Participação de militares estrangeiros no Exercício Avançado de Operações de Paz - Durante o exercício, os cinco militares de Nações Amigas, representantes de centros de instrução de operações de paz, puderam observar o treinamento final da tropa. Essa atividade teve como objetivo a preparação para a 2ª Assembléia Geral da Associação Latino americana de Centros de Operações de Paz (ALCOPAZ), que se realizará no Rio de Janeiro, em agosto do corrente ano.” (EXÉRCITO, <http://www.ccopab.eb.mil.br>, acesso as 18:28, e, 12 de maio de 2018)

5.6 APERFEIÇOAMENTO EM IDIOMAS

“No atual cenário internacional, o Brasil tem se projetado mais e mais, seja através de seus ímpares recursos naturais ou de seus profissionais altamente capacitados. Assim também têm feito nossas Forças Armadas que, por intermédio de profissionais cada vez mais especializados, têm

buscado no domínio dos idiomas estrangeiros a mais adequada e estratégica forma de destaque no âmbito das relações internacionais...” (EXÉRCITO, <http://www.ccopab.eb.mil.br>, acesso as 18:12, e, 12 de maio de 2018)

A necessidade de um aperfeiçoamento em idiomas é evidenciada nas operações no Haiti. A língua oficial haitiana é o creole que se assemelha muito com o francês. As operações internacionais com militares, policiais e civis de diversas partes do mundo salientou a importância do conhecimento de outras línguas. Por isso os militares brasileiros, cada vez mais, se dedicam ao estudo de idiomas para aumento e melhora na comunicação e capacidade de operações.

Pouquíssimos batalhões militares continuam efetivos fluentes em francês ou crioulo haitiano (idiomas oficiais do Haiti) ou mesmo o inglês, o que dificultava a comunicação que, por vezes, foi considerada variável de risco em situações reais operativas. (HAMANN, 2017, pág 68)

A participação de civis, universitários e estudantes de idiomas, contribuiu para simular diversos atores que o 23º BRABAT pode se deparar no Haiti, tais como: imprensa internacional, representantes de ONG, representantes de órgãos ONU, representantes do governo haitiano e etc. (EXÉRCITO, <http://www.ccopab.eb.mil.br>, acesso as 18:28, e, 12 de maio de 2018)

“Durante a manhã do quarto dia do Estágio para Tradutores e Intérpretes Militares (ETIMil), os estagiários dos idiomas inglês e francês realizaram a versão de uma palestra feita a um dos contingentes brasileiros pela embaixatriz brasileira no Haiti na qual tratou de dados culturais e hábitos haitianos. O objetivo desta atividade foi realizar o treinamento dos dois grupos de idiomas na modalidade sussurrada da interpretação simultânea. Após esta instrução, os grupos juntaram-se aos estagiários do EPCOEM (Estágio para Comandantes de Unidade e Estado-Maior) a fim de participarem de atividades que simularam o emprego do intérprete na missão pelos chefes de divisão. Finda esta atividade, os estagiários do ETIMil receberam a avaliação de seu desempenho nesta primeira parte da jornada. À tarde, os estagiários do idioma inglês continuaram a prática de interpretação consecutiva. Os estagiários do idioma francês, por sua vez, foram apresentados às características específicas do francês haitiano e realizaram a prática de tradução e versão e a posterior avaliação de seu desempenho.” (EXÉRCITO, <http://www.ccopab.eb.mil.br>, acesso as 18:28, e, 12 de maio de 2018)

“Outra novidade, estabelecida recentemente, foi a assunção do período de idiomas do EPMP16. Essa fase, até então conduzida pelo Centro de Estudos de Pessoal (CEP), com duração de um mês, agora esta sob responsabilidade do CCOPAB, estimulando o uso das línguas inglesa, espanhola e francesa com foco em termos técnicos próprios das missões de paz. Nesse sentido, também esta sendo desenvolvido projeto para a criação de um “Estágio de Frances Técnico para Operações de Paz”, visando

atender a crescente demanda das Nações Unidas por recursos humanos com domínio da língua francesa.” (HAMANN , 2017, p 32)

Em síntese, houve uma grande evolução do estudo de idiomas nos militares do Exército Brasileiro. A capacitação por meio de curso dentro da força permitiu um avanço e um melhoria na participação do Brasil no Haiti. Como consequencia, a grande quantidade de militares habilitados no idioma frances contribuiu para um melhor seleção, o que se refletiu no profissionalismo do Exército de Caxias.

6. CONCLUSÃO

O Brasil é um país que busca, por meio da participação em missões da ONU, conseguir uma melhor projeção internacional e, por conseqüência, uma maior inserção no cenário mundial. A finalidade de obter uma cadeira permanente no conselho de segurança da ONU é facilitada por bons desempenhos em operações que estão sobre a responsabilidade desse organismo internacional. O Brasil ganhou notoriedade por chefiar as Forças de Paz no Haiti e, por isso, aumentou o respeito e reconhecimento internacional.

Em síntese as diversas atividades em que o Brasil se envolveu, como a participação na criação da ONU e o desenvolvimento deste Organismo Internacional, foi de suma importância para o amadurecimento nacional no cenário mundial. O envolvimento em diversas missões de tropa e a correta execução das atividades, confiadas a esta nação, corroborou para a imagem nacional. Como resultado, a confiança da ONU no estado brasileiro foi fundamental para a projeção positiva do Brasil no mundo.

A participação na Liga das Nações foi a semente que permitiu a presença brasileira na ONU. A reunião com grandes nações internacionais, com objetivos de buscar soluções pacíficas no mundo, deu maior visibilidade ao Brasil. Com isso, a presença brasileira em diversos acordos internacionais, aumentou a nossa importância política e, em conseqüência, houve grande repercussão e aumento do prestígio de nossa nação no cenário internacional.

A presença de tropas nas missões que antecederam o Haiti contribuiu como afirmação positiva do Brasil perante a ONU. As experiências vividas na UNEF, ONUC, ONUMUZ, UNAVEM III, UNTAET e MINUSTAH consolidaram a imagem brasileira no cenário mundial. Por isso, a grande gama de missões distribuídas e realizadas pela nação brasileira aumentou a confiança de outros países, potencializando a conquista de novos desafios de abrangência mundial.

A estrutura da Força de Paz do Brasil no Haiti foi de fundamental importância para o bom cumprimento de missão. A presença de brasileiros em contingentes civil, militar e policial garantiu a capilarização das ações nacionais, que se traduziram em bons resultados. Nesse sentido, uma correta estrutura contribuiu com o sucesso da missão, o que influenciou de forma direta no crescimento da projeção mundial do Brasil.

A oportunidade de brasileiros comporem o contingente civil da MINUSTAH, contribuiu para o entendimento da parte política da missão. A presença de brasileiros em diversas organizações beneficiou a aproximação das tropas com o contingente civil, o que resultou numa grande representatividade de atividades CIMIC, trazendo uma maior visibilidade para o Brasil.

Nosso contingente policial teve a oportunidade de trabalhar integrado com vários policiais de outros países. A presença em diversos locais do território haitiano e a colaboração na formação da Polícia Nacional Haitiana favoreceram o reconhecimento do profissionalismo dos policiais brasileiro. Nesse mister, o contingente policial propiciou um intercâmbio entre nações, o que exacerbou a competência do Brasil em âmbito mundial.

As atuações brasileiras em solo haitiano foram de forma sólidas e consistentes. A correta atitude dos brasileiros em todas as fases da missão, como foi visto no desdobramento inicial, na ocupação de pontos fortes, no apoio às vítimas do terremoto, na atuação humanitária pós-furacão Mathew, na garantia das eleições presidenciais e na desmobilização, deu provas da capacidade dos brasileiros a se adequarem à situações inéditas e superá-las. Assim, a visão internacional sobre as tropas brasileiras ganharam vulto e atingiu, de forma altamente positiva, proporções reconhecidas internacionalmente.

O desdobramento inicial foi o primeiro grande desafio enfrentado pelo contingente militar. A experiência em missões anteriores, conjugada de forma metódica e organizada, beneficiou as primeiras ações em solo haitiano. Por isso, as forças estrangeiras puderam presenciar a grande competência da organização brasileira, o que salientou e corroborou a imagem do Brasil no mundo.

As ajudas humanitárias, após o terremoto, foi uma experiência inédita para as tropas brasileiras. A grande flexibilidade e rapidez nas ações por busca e ajuda para a população haitiana foi vista em diversas ações nas cidades e, também, na rápida mobilização de mais um contingente militar para reforçar as atividades, já desenvolvidas, de buscas e ajudas. A mídia internacional noticiou, positivamente, a forma como o contingente do Brasil reagiu ao desastre. Salientou, com grandes destaques, a atuação de nossas forças o que potencializou engrandecer o Brasil no cenário mundial.

A ação brasileira na pacificação do Haiti foi verificada na ocupação de pontos fortes. A presença de tropas brasileiras em locais que eram dominados por gangues

resultou em confrontos até a obter a pacificação desses diversos locais não controlados pelo estado haitiano. Com isso, a ação forte e correta exacerbou a competência da tropa brasileira que conseguiu conquistar e controlar lugares perigosos, angariando a admiração e o respeito internacional pelas tropas brasileiras.

O furacão Mathew foi um desastre natural que assolou o país haitiano. As tropas brasileiras rapidamente foram empregadas e deslocadas para os mais diversos pontos do Haiti, como o objetivo de atuar na ajuda humanitária e no socorro das vítimas. Dessa maneira, vários países do mundo enviaram mantimentos e pessoas para contribuir com o atendimento dos atingidos por esse fenômeno. Esses fatos permitiram a integração com a tropa brasileira, que trabalhava em primeiro escalão, e aumentou a visibilidade do fator humano do Brasil.

A desmobilização foi a última grande atividade dos brasileiros em solo haitiano. A forma metódica e eficiente permitiu uma reversão das forças empregadas sem ocasionar reflexos negativos para a população e para os brasileiros. Dessa forma, a reversão contribuiu para que a saída da tropa encerrasse a missão de forma ordenada e positiva, beneficiando, dessa forma, para aumentar o bom conceito com que as ações brasileiras são vistas no cenário mundial.

A evolução do Exército Brasileiro ocorreu de forma direta com a excelente participação nas missões de paz no Haiti. O avanço do processo de seleção, a modernização das formas de treinamento, a criação do CCOPAB, o apoio ao treinamento de outros países e o aperfeiçoamento em idiomas dos militares, interferirá no aumento do profissionalismo do Exército do Brasil. Nesse contexto, um Exército mais profissional que garanta melhores resultados em operações externas potencializa a projeção internacional do Brasil.

A melhora na seleção de militares refletiu em atuações positivas das tropas brasileiras. O Brasil foi um dos poucos países da ONU que não teve nenhuma denúncia de condutas inapropriadas em território haitiano. Devido a esse fator a imagem nacional, em missões de paz, é vista com muita seriedade e profissionalismo, o que favorece a inserção nacional.

A criação do CCOPAB foi um importante passo no avanço do exército brasileiro. A preocupação com o treinamento de militares, frente a desafios cada vez mais complexos e inusitados, incentivou a criação de um centro de excelência com objetivo de treinar militares para participar de missões internas e externas. Como

conseqüência os brasileiros, que fizeram parte das forças brasileiras no Haiti, se encontravam bem preparados e com bons conhecimentos profissionais.

O apoio a treinamento de diversos países para a participação em missões de paz foi um marca do Brasil. O grande profissionalismo nacional foi visto na procura de países para intercâmbio no treinamento de suas tropas buscando a vinda para o Brasil e a ida de instrutores para seus países. Assim, houve uma integração profissional para a condução e preparo para missão de paz uma maior visibilidade para o Brasil.

O treinamento de idiomas por parte de integrantes do contingente brasileiro no Haiti foi outro ponto forte. A necessidade de comunicação com os habitantes haitianos, que tem o creole como idioma similar ou Francês, e com os integrantes da MINUSTAH, que era composto de pessoas de vários lugares do mundo, incentivou o estudo de idiomas. Como resultado, a facilidade com que os brasileiros se comunicavam com habitantes e membro da MINUSTAH beneficiou as operações, e foi mais um ponto positivo na atuação das tropas brasileiras no Haiti.

Por fim, as diversas atividades desenvolvidas pelo Brasil desde a sua participação na criação da ONU até a desmobilização do Haiti contribuíram para a consolidação da imagem brasileira no cenário mundial. A correção de atitudes aliadas às evoluções na preparação e no emprego de tropas são vistas como fundamentais para o engrandecimento nacional. O aumento na projeção internacional do Brasil é resultado da participação em diversas atividades de vulto e de seus resultados positivos, ratificados, sempre, pelos excelentes desempenhos nas missões em que participa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 10 set. 2017.

_____. Escola de Comando e Estado Maior. **Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. Rio de Janeiro, Instituto Meira Matos: 2012.

_____. Exército. **Coletânea de Instruções de Pós-Graduação**. Rio de Janeiro, 2007.

_____. Decreto Legislativo nº 61, de 22 nov. 1956. Autoriza o Presidente da República a contribuir com um contingente militar para formação ou integração da Força Internacional de Emergência, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 nov. 1956. nº 269, seção 1, p. 22185.

_____. Decreto Legislativo nº 15, de 8 mar. 1994. Aprova o pedido de autorização para que o Brasil possa colocar à disposição da Operação das Nações Unidas para Moçambique - ONUMOZ, pelo prazo de um ano, um batalhão de infantaria. *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 mar. 1994. nº 46, seção 1, p. 3.362.

_____. Decreto Legislativo nº 70, de 18 jul. 1996. Aprova a renovação do prazo de permanência do contingente militar brasileiro – COBRAVEM na UNAVEM III. *Diário Oficial da União*, 19 jul. 1996. seção 1, nº 139, p. 13377.

_____. Exército. **Doutrina Militar de Defesa**. Brasília, DF, 2007.

_____. _____. **Manual Escolar Formatação de Trabalhos Acadêmicos, Dissertações e Teses**. Ed. 2007. Rio de Janeiro, RJ, 2007

_____. _____. **Manual de Campanha Cooperação Civil-Militar**. Brasília, DF, 2017.

_____. _____. **Manual de Campanha Operação de Paz**. Brasília, DF, 2017.

_____. _____. **C 20-1: glossário de termos e expressões para uso no Exército**. 3. ed. Brasília, DF. 2003.

_____. _____. Estado-Maior de Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. 4. ed. Brasília, DF. 2007.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz (Org.). *O Brasil em Missões de Paz*. São Paulo: Usina do Livro, 2005.

_____, _____. **As forças de paz do Brasil. Um balanço In Clóvis Brigagão & Domício Proença Jr (orgs) Brasil e o mundo: novas visões**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2002.

_____, _____. **Gerenciamento de crises – o terremoto no Haiti**. Editora Porto de Idéias, 2014.

_____, _____. **A coordenação civil-militar nas operações de paz e o Brasil: algumas considerações**. 2016.

ALVES, Paulo Maurício Farias. **As Operações de Paz no Contexto da Política Externa Brasileira**. Monografia da Escola de Guerra Naval, 2005.

BANCKE, Vladson da Silva. **A importância para o Brasil da participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti**. Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2017.

CABRAL, Eduardo da Veiga. **As operações de estabilidade e apoio realizadas pelo contingente brasileiro no Haiti, após o terremoto de 2010**. 2012. 94f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2012.

CARRERA NETO, S. **Participação Policial Brasileira na MINUSTAH**. In: HAMANN, E. P. (org.). **Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016**. Rio de Janeiro, Instituto Igarapé, 2015.

CAVALVANTI, Carlos Alberto de Moraes. **Os 10 anos de MINUSTAH e o CCOPAB**. 2014, 22 f. CCOPAB, Rio de Janeiro, 2014.

_____, _____. A. de M. **Os 10 anos de MINUSTAH e o CCOPAB**. Rio de Janeiro: Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), 2014.

CAVALIERE, Marcelo. **O trato dos Assuntos Civis pelo contingente brasileiro da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti e seus reflexos no Exército Brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2011.

CRUZ, Antoine de Souza. **A participação do Exército Brasileiro em operações de paz da ONU pós-Guerra Fria: um vetor da diplomacia, por meio da “diplomacia de defesa”**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.

CORREA, Paulo Gustavo. **Minustah e Diplomacia Solidária. Criação de um novo paradigma em missões de paz?** Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação em Ciências Políticas da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2009.

COSTA, Júlio C. Franco da. **Contribuições da participação brasileira em Operações de Paz da Organização das Nações Unidas para a Segurança, Defesa e Desenvolvimento do Brasil**. 2015. 72 f. Monografia - ESG, Rio de Janeiro, 2015.

DIAS, Francisco Antônio. **Experiência do Brasil nas Operações de Paz - principais reflexos da MINUSTAH**. 2010. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2010.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse Da. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas**. Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

_____, _____. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 2005.

GONÇALVES, I.; MANDUCA P. **A organização militar e a natureza política de uma missão de paz: Um estudo de caso sobre UNAVEM III**. Associação Nacional de História. 2008. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Israel%20Aparecido%20Goncalves%20e%20Paulo%20Cesar%20Manduca.pdf>> Acesso em 28 mar. 2018.

HAMANN, E.P.; TEIXEIRA, C.A.R. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2017.

_____, Eduarda P. **A Força de uma Trajetória: o Brasil e as operações da ONU (1947-2015)**. *Military Review*, jul-set 2016, pp.47-62.

_____, _____. (org). **Brasil e Haiti: Reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016**. Artigo Estratégico n.13. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé.

JÁCOMO, Luiz Vicente Justino. **Do Haiti ao Complexo do Alemão: Análise sobre a Atuação das Forças Armadas nas Operações de Retomada dos Morros Cariocas**. Graduação em Ciências Sociais – FFC/ Unesp, Marília.

JONNY, Ferreira Machado. **A atuação da Companhia de Engenharia de Força de Paz na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti – MINUSTAH: colaborando para a projeção do Poder Nacional**. Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2009.

KENKEL, Kai Michael. **Democracia, ajuda humanitária e operações de paz na política externa brasileira recente: as escolhas de uma potência emergente** in George D. Landau et al (org.). *O Brasil no Contexto Político regional*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010.

_____, _____. **Interesses e identidade na participação do Brasil em Operações de Paz**. Rio de Janeiro, 2011.

_____, _____; MORAES, Rodrigo Fracalossi. **O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado**. Brasília: Ipea, 2012.

_____, _____. **South America and Peace Operations: Coming of Age.** London: Routledge, 2013.

LIMA, Moacir Mendonça. **A participação do Exército Brasileiro (EB) na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, no pós-terremoto: contribuições para a projeção internacional do EB em apoio à política exterior do Brasil.** Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2017.

MACHADO, Jonny Ferreira Machado. **A atuação da Companhia de Engenharia de Força de Paz na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti – MINUSTAH: colaborando para a projeção do Poder Nacional.** 2009. 90f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2009.

MANVIAGACCHI, Adilson. **Missões de paz: projeção do poder e respaldo para a política externa do Brasil.** 2002. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2002.

MORAIS, M. A. dos S. **ONU Operações de Paz: a evolução histórica da ONU, da Polícia das Nações unidas (UNPOL) e a participação da Brigada Militar.** Porto Alegre: Imprensa Livre, 2015

NASSER, Filipe. **Pax Brasiliensis: projeção de poder e solidariedade na estratégia diplomática de participação brasileira em operações de paz da Organização das Nações Unidas em Kai Michael Kenkel et al (org.). *O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação.*** Brasília: IPEA, 2012.

NOVAES MIRANDA, André Luís. **Entrevista concedida pelo Gen Div NOVAES ao autor.** Rio de Janeiro, 25 jul. 2017.

OLIVEIRA, Fernando Antonio Pinto de. **A participação brasileira no Haiti como forma de incremento das relações sociais e econômicas entre o Brasil e o Haiti.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política e Estratégia) - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2013.

22

ONU. **Carta de São Francisco. Promulgada em 25 de abril de 1945.** Disponível em <http://nacoesunidas.org/carta>. Acesso em 17 set. 2017.

_____. Conselho de Segurança, Nações Unidas. **Relatório Brahimi.** 2000. Disponível em: < http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/55/305>. Acesso em 09 Set 2017.

_____. Conselho de Segurança, Nações Unidas. **Resolution 1542.** 2004. Disponível em <http://www.un.org/press/en/2004/sc8083.doc.htm>. Acesso em 09 Set 2017.

_____. Secretariado. **Agreement between the United Nations and the Government of Haiti Concerning the Status of the United Nations Operation in Haiti (SOFA).**

2004. Disponível em <http://www.ijdh.org/wp-content/uploads/2014/03/MINUSTAH-SOFA-English.pdf>. Acesso em 10 Set 2017.

PACHECO, Fábio Cordeiro. **O Brasil na MINUSTAH e o seu aumento de Projeção no Cone Sul**. 2012. 230 f. Dissertação de Mestrado – ECEME, Rio de Janeiro, 2012.

PEREIRA, Augusto Heleno Ribeiro. **Nações Unidas para a Estabilização do Haiti**. Military Review. Fort Leavenworth -EUA. Ed Brasileira de janeiro/ fevereiro de 2007.

PINHEIRO, Juliana Sandi. **A atuação militar brasileira na MINUSTAH: estratégias de enfrentamento das gangues no Haiti**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ROMÃO, Cesar Henrique. **A Coordenação Civil-Militar (CIMIC) na Força de Paz Brasileira da Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (MINUSTAH) como um dos instrumentos da Política Externa do Brasil para o Haiti, no período pós-terremoto**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2012.

SÁ, Jessica Espíndola de. **A decisão brasileira de participar da MINUSTAH**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Fernando Lourenço da Silva. **A Participação do Brasil em Operações de Paz: o impacto estratégico do maior envolvimento do Exército Brasileiro no período pós-terremoto no Haiti**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2011.

SOARES, João Clemente Baena. **Nossa Responsabilidade Comum**. In: *Política Externa*, vol. 14, no 2, 2005

_____, Alex Jesus, **A evolução do preparo do contingente brasileiro de Força de Paz no Haiti: um estudo comparativo**. Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2015.

TEIXEIRA, Carlos Alberto Maciel. **A participação da Engenharia Militar Brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti – MINUSTAH**. Military Review. Fort Leavenworth -EUA. Ed Brasileira. maio/ junho de 2007.

VILLANI, Rodrigo Kluge. **O Emprego de Viaturas Blindadas pelo Batalhão de Infantaria de Força de Paz na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH)**. Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2015.

VENDRAMIN, J. R. **Treinamento para o Batalhão Brasileiro desdobrado na MINUSTAH: a consolidação de um modelo**. 2015

UZIEL, Eduardo. **O Conselho de Segurança, as Missões de paz e o Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas**. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2015.